



Revista de História

ISSN: 0034-8309

revistahistoria@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Thomaz, Luís Filipe F. R.

D. Manuel, a Índia e o Brasil

Revista de História, núm. 161, diciembre, 2009, pp. 13-57

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285022056017>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



D. MANUEL, A ÍNDIA E O BRASIL

Luís Filipe F. R. Thomaz
Universidade Católica Portuguesa

Resumo

O grande projeto de d. Manuel (r. 1495-1521) era, na sua essência, um projeto de cruzada, visando o ataque ao Império Mameluco pelo mar Roxo e a recuperação de Jerusalém. O Brasil não podia representar nele senão o modesto papel de escala técnica para as naus da Índia. Embora haja múltiplos indícios de que, pelo menos ca. 1492, conhecia-se já vagamente a existência de terras naquela zona do globo e de que o desvio de Pedro Álvares Cabral para oeste foi intencional, este não parece imputável a instruções secretas de d. Manuel, mas antes a manobras da corte, majoritariamente adversa aos planos de cruzada do soberano.

Palavras-chave

Expansão portuguesa • cruzada • descobrimento do Brasil • d. Manuel • política de sigilo.

Abstract

The project of expansion cherished by the Portuguese king d. Manuel (r. 1495-1521) was that of a Crusade against the Mamluk Empire, by the Red sea route, which would enable him to recover Jerusalem. Brazil only could act therein as a place of call in the way to the Indies. Albeit there are many signs that the existence of emerged lands in that zone was more or less known ca. 1492, and that the diversion of the fleet of Pedro Álvares Cabral thereto, the latter cannot be ascribed to secret instructions of d. Manuel, but rather to manoeuvres of the court, which was mainly against the plans of crusade of the sovereign.

Keywords

Portuguese expansion • crusade • discovery of Brazil • d. Manuel • secrecy policy.





I

O primeiro projeto português de expansão oficial foi, sem dúvida, um projeto de cruzada: a conquista de Marrocos ao islamismo. A documentação hoje publicada prova à saciedade que a ideia não era apenas ocupar, no litoral, pontos de apoio para o comércio e para a navegação, como na prática acabou por suceder, mas ocupar inteiramente o Reino de Fez ou de Benamerim, como se dizia então, isto é, os domínios dos emires Merínidas ou Banu Marín (1269-1465), com a capital em Fez.¹ Tratava-se, portanto, de um projeto de cruzada, na acepção lata que o termo tomara na Idade Média tardia: uma expansão da cristandade por conquistas bélicas à mourama. O conceito de cruzada evoluíra, com efeito, assaz rapidamente, da ideia de peregrinação armada para reocupação dos lugares santos, para a de expedição organizada contra todo e qualquer inimigo declarado do papado ou da *Respublica Christiana*: deixando de lado o desvio da 4^a cruzada para Constantinopla em 1204, que pode ser olhado como um acidente de percurso, é significativo que já a 5^a cruzada em 1219-1221 tenha tido como alvo principal o Egito, o mesmo sucedendo com a 7^a em 1248-1254; e, sobretudo, que em 1270 a 8^a cruzada, conduzida por São Luís, rei de França, tenha tido como alvo exclusivo Tunes, então em poder da dinastia Háfçida (1228-1574), que nada tinha a ver com os sultões mamelucos (1250-1517) que então dominavam o Egito e a Terra Santa.²



¹ Para mais pormenores, vide os nossos estudos: *Expansão portuguesa e expansão europeia - reflexões em torno da génesis dos descobrimentos*. In: *Studia*, n. 47. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989, p. 371-415, reproduzido em *De Ceuta a Timor*, Carnaxide: Ed. Difel, 1994, p. 01-41; e, sobretudo: *Le Portugal et l'Afrique au XV^e siècle: les débuts de l'expansion*. In: *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI. Lisboa: Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, p. 61-256, também pub. na série *Separatas*, n. 221 do Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Lisboa, 1989, e, em versão portuguesa, correta e aumentada, com o título: *A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos*. In: *De Ceuta a Timor*, p. 43-147.

² Para um breve conspecto da história das cruzadas, vide MORRISON, Cécile. *Les croisades*. Paris: Presses Universitaires de France, col. "Que sais-je?", 4^e ed., 1984; para mais pormenor, SETTON, K. M. (gen. ed.). *A history of the crusades*, 5 vols. University of Wisconsin Press, 1969-1985; e RUNCIMAN, Stephen. *A history of the crusades*, 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1951-1954 (versão castelhana: *Historia de las cruzadas*. Madrid: Alianza Editorial, 1973, reimpr. 1985); cf. VILLEY, Michel. *La croisade: essai sur la formation d'une théorie juridique*. Paris: J. Vrin, 1942; ALPHANDÉRY, Paul, *La chrétienté et l'idée de croisade*, 2 vols. Paris: Albin Michel, L'évolution de l'humanité, 1959; e o nosso artigo: Cruzada. In: AZEVEDO, Carlos de (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*, vol. II. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa / Círculo de Leitores, 2000, s. v.





Em 1341, na euforia subsequente à Batalha do Salado, que cortara aos merínidias as veleidades de reocupação muçulmana da península, d. Afonso IV de Portugal impetrara e obtivera da Santa Sé uma bula de cruzada para intervir em Grana da ou em Marrocos, como melhor lhe parecesse; embora sem efeitos práticos, devido a razões que não cabe aqui analisar, essa bula foi renovada em seu favor em 1345 e de novo em 1355, e em favor de d. Fernando em 1375 e 1377.³ Assim, quando em 1415, com a conquista de Ceuta, o projeto de conquista marroquina começou a se concretizar, a ideia era já velha de pelo menos três quartos de século.

Quanto aos projetos portugueses de cruzada *stricto sensu*, isto é, com a Terra Santa por objetivo, é mais difícil precisar a sua idade. Já o famoso Diego Gelmírez, bispo e depois arcebispo de Santiago de Compostela (1100-1139), propusera um plano assaz ousado que fundiria com a cruzada aos lugares santos a reconquista peninsular: conquistar gradualmente, a partir da Andaluzia, os domínios muçulmanos até atingir Jerusalém. A ideia foi desde então ventilada de tempos a tempos na península e parece subjazer à estratégia de d. Manuel, tão empenhado nas conquistas magrebinas como no ataque ao Egito pelo mar Roxo.⁴ Se a longo prazo fazia já parte dos planos de d. João I, não o sabemos ao certo; sabemos apenas que o infante d. Henrique colaborou ativamente no planejamento e execução dos projetos de cruzada de seu cunhado Filipe, o Bom, duque de Borgonha, enviando espiões ao Egito, fornecendo-lhe navios, tripulações e bastimentos, e até o comandante de uma das armadas.⁵

O plano de d. Afonso V para reconquistar Constantinopla, ocupada pelos turcos em 1453, veio a saldar-se pela tomada da modesta praça de Alcácer Ceguer, no estreito de Gibraltar, em 1458; e a expedição portuguesa de 1481 contra Otranto, na Apúlia, ocupada pouco antes pelos otomanos, não teve grandes repercussões. Mostram, contudo, um interesse político pelo Mediterrâneo que, ofuscado pelo descobrimento do Atlântico, tem passado as mais das vezes

³ DINIS, A. J. Dias, O. F. M. Antecedentes da expansão ultramarina portuguesa: os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV. In: *Revista Portuguesa de História*, tomo X. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1962, p. 01-118; o texto das bulas pode ver-se, na sua ordem cronológica, in: *Monumenta Henricina*, tomo I. Coimbra, 1960.

⁴ GAZTAMBIDE, José Goñi. *Historia de la bula de cruzada en España*. Vitoria: Publicaciones del Seminario de Vitoria, 1958, p. 79-80.

⁵ PAVIOT, Jacques. *La politique navale des ducs de Bourgogne, 1384-1482*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1995; Idem. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*. Paris: Centre Culturel Portugais, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.



despercebido aos modernos historiadores. O mesmo se diga dos oferecimentos para a cruzada feitos em 1481 e 1485 por d. João II ao papa Inocêncio VIII.⁶

É interessante notar que, até a impressão do primeiro livro *História* de Castanheda, em 1551, os únicos documentos sobre a expansão portuguesa divulgados pela imprensa em Portugal, ou na Europa a rogo de seus reis, foram na sua totalidade textos de propaganda da cruzada portuguesa: a *Oração* de d. Garcia de Meneses a Sisto V, sobre a expedição de Otranto, impressa em Roma em 1481;⁷ a *Oração de obediência* pronunciada em 1485 por Vasco Fernandes de Lucena, publicada nesse mesmo ano e reeditada de três a nove anos mais tarde; e os múltiplos folhetos mandados imprimir por d. Manuel em diversos pontos da Europa a partir de 1505, todos redigidos em latim.⁸ Em português, o primeiro opúsculo a conhecer as honras do prelo foi a *Carta das novas que vieram a el-rei nosso senhor do descobrimento do preste Joam*, impressa por ordem de d. Manuel em 1521;⁹ seguiu-se-lhe a *Verdadeira informação das terras do preste Joam* do p^e Francisco Álvares, publicada em 1541, que, sem ser um texto de propaganda, gira, contudo, ainda em torno de um dos desígnios favoritos da cruzada, a aliança entre a cristandade ocidental e a Etiópia cristã, para esmagar o Egito.¹⁰



Há que notar que a ênfase dada à faceta cruzadística da expansão portuguesa não implica de modo algum que os interesses comerciais estivessem dela ausentes – como tampouco o haviam estado das cruzadas do Levante, em boa parte manejadas e financiadas pela burguesia das repúblicas marítimas de Itália. Tão entressachados andavam os desejos de dilatar o território cristão com os anelos por lucro mercantil que, na sua oração de obediência ao pontífice romano, d. João II não hesitava em mencionar entre os serviços prestados por Portugal à cristandade o trato do ouro da Mina, “comércio tão santo, tão seguro



⁶ ALBUQUERQUE, Martim de. *Orações de obediência dos reis de Portugal aos sumos pontífices*. Lisboa: Edições Inapa, 1988 (orações de 1481 e 1485, fasc. 2 & 3 respectivamente).

⁷ Ibidem, fasc. 2.

⁸ ANDRADE, António Alberto Banha de. *Novos mundos do mundo: Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses*, 2 vols. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

⁹ THOMAS, Henry; CORTESÃO, Armando. *The discovery of Abyssinia by the Portuguese in 1520*. Londres: British Museum, 1938; versão portuguesa, *Carta das novas que vieram a el-rei nosso senhor do descobrimento do preste Joam (Lisboa, 1521)*. Lisboa, 1938.

¹⁰ Cf. AUBIN, Jean. Le prêtre Jean devant la censure portugaise. In: *Le latin et l'astrolabe - Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. I. Lisboa; Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1996, p. 183-210.





e tão ativo” que o nome do Salvador, “nunca antes nem de outiva conhecido”, ressoava agora nas plagas africanas...

Não há, contudo, na documentação que nos chegou, o mínimo sinal de que a Coroa ou os mercadores portugueses se tenham interessado pela Índia *stricto sensu* e pelo comércio de especiarias na primeira metade do século XV. O principal projeto expansionista continuou, durante muito tempo, a ser a conquista de Marrocos, e tudo leva a crer que os descobrimentos marítimos se tenham desenvolvido inicialmente como uma mera manobra de envolvimento de Marrocos pelo sul. Quando, a partir de 1442, a empresa tomou subitamente uma orientação comercial, ainda então foram os produtos tradicionais da África (ouro, marfim e escravos) o principal centro de interesse.¹¹

Foi em 1455 que o mercador veneziano ao serviço de Portugal, Luís de Cadamosto, trouxe notícia da existência de uma especiaria africana, a malagueta (*Aframomum melegueta*, Schumann, Zingiberaceae), na costa da Mauritânia, e no ano imediato que chegou a Portugal a primeira amostra dela.¹² Deve ter sido esse fato que despertou bruscamente a atenção dos dirigentes para os lucros que se poderiam auferir do comércio especieiro. Seja como for, entre essa data e a de sua morte (1460), o infante d. Henrique reservou para si o exclusivo do comércio da malagueta. Há que notar que se supunha ainda ao tempo que o Senegal era um braço do Nilo e que a costa da Guiné era assaz vizinha do Egito, por onde tradicionalmente afluíam à Europa as especiarias orientais; daí o relevo que Zurara dá à chegada dos homens do infante à região do Cabo Verde e da foz do Senegal, e a sábia dissertação que intercala aí na sua crónica, sobre o que os antigos diziam do Nilo e de suas cheias.¹³ Não admira, pois, que d. Afonso V, que à morte de d. Henrique chamara à Coroa os monopólios do tio, tenha, em 1470, ajuntado, ao rol dos gêneros estancados, uma série de produtos asiáticos: as pedras preciosas, o pau-brasil (*Caesalpinia sappan*, L., Leguminosae) e toda e qualquer



¹¹ GODINHO, Vitorino Magalhães. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa, 1962.

¹² *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948 (reimp. 1988); USODIMARE, António. Carta a seus credores, 12.XII.1455, pub. *passim*, v. g. *Monumenta Henricina*, XII, doc. 99, p. 189 & ss; *De Prima Inuentione Gujnee* (memória redigida ao ditado de Diogo Gomes por Valentim Fernandes, c. 1506), pub. *passim*, v. g., por COSTA, José Pereira da. *Códice Valentim Fernandes, oferecido pelo académico titular fundador Joaquim Bensaúde (1859-1952)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997, p. 288.

¹³ *Crónica da Guiné*, cap. Ix-lxiii.





especiaria com que se viesse a topar.¹⁴ Foi assim que o comércio especieiro se tornou num dos objetivos da Coroa portuguesa na sua aventura ultramarina.

Esse diploma de 1470 constitui uma prova indireta de que a Índia fazia já, por então, parte dos objetivos da expansão portuguesa oficial e, mais concretamente, dos d'el-rei d. Afonso V. Essa impressão é confirmada por duas iniciativas tomadas pelo soberano, uma ainda em vida do infante, outra após a sua morte: por 1455, encomendou, ao monge camaldulense fra Mauro, que trabalhava em Burano, na laguna de Veneza, um mapa-mundi que recebeu pronto em 1459 ou 1460;¹⁵ e, em 1473 ou 1474, pediu ao cônego da Sé de Lisboa, Fernão Martins, que consultasse o cosmógrafo florentino Paolo del Pozzo Toscanelli. Não conhecemos, desgraçadamente, os termos exatos da consulta, mas tão-somente os da resposta.¹⁶

Não é impossível que d. Afonso V, de alma e coração empenhado na cruzada, quisesse, com essas diligências, antes de tudo o mais, localizar precisamente o reino do preste João, a fim de efetivar a aliança com que de há século e meio sonhava a cristandade, mas que a Portugal mais do que a ninguém podia aproveitar. A despeito das detalhadas informações sobre a Etiópia contidas no *Libro del conocimiento de todos los reynos y tierras y señorios que son por el mundo*, compilado por um franciscano espanhol c. 1350,¹⁷ bem assim como no mapa de fra Mauro, não resultava claro para os dirigentes portugueses qual era a melhor via de acesso ao seu reino. A prova é que, anos depois, d. João II o demandou a partir da Mina e do Benim, subindo o Senegal, o Gâmbia e mesmo o Zaire.¹⁸

Não é tampouco impossível que d. Afonso V pensasse igualmente em aliar-se aos cristãos do Malabar, a que faziam referência mais ou menos larga Marco Polo, João de Montecorvino, Odorico de Pordenone, João de Marignoli e Nicolo



¹⁴ D. Afonso V. Carta a regulamentar o trato da Guiné, Alenquer, 19.X.1470, ANTT. Chanc^a de d. Afonso V, liv^o 21, fl. 56v, pub. In: *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, doc. 67. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993, p. 161-162.

¹⁵ Sobre o mapa de fra Mauro, vide PERES, Damião. *Uma prioridade portuguesa contestada mas incontestável: a circunavegação da África Austral por Bartolomeu Dias*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1960.

¹⁶ Traduzimo-la integralmente na nossa Introdução a MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *História dos portugueses no Extremo Oriente*, 1. vol., tomo I. Lisboa: Fundação Oriente, 1998, p. 37-40; mas corrigimos aqui os comentários que ali lhe tecêramos.

¹⁷ ROSSINI, Carlo Conti. El "Libro del conocimiento" e le sue notizie sull'Etiopia. In: *Bulletino della Reale Società Geografica Italiana*, série V., vol. vi, parte ii. Roma: Reale Società Geografica Italiana, 1917, p. 656-679.

¹⁸ MOTA, A. Teixeira da. A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de d. João II. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, out.-dez., 1958.





de' Conti.¹⁹ É verdade que nenhum lhes atribui poder militar nem político com que se pudesse contar; mas décadas volvidas, enquanto as informações trazidas por Pedro Álvares Cabral lhe não vieram desfazer as ilusões, ainda d. Manuel pensava em se lhes aliar contra o Egito, pelo que não é de todo impossível que no mesmo erro tenha lavrado seu tio.

Seja como for, a resposta de Toscanelli soa de modo desusado no contexto da documentação que possuímos. Esta gira toda ela em torno da realidade africana, prestando particular atenção ao preste; se alude às Índias é sempre em sentido compatível com a acepção lata que lhe deu Ptolomeu, e a geografia medieval, árabe e cristã herdou, que englobava também a África Oriental. Toscanelli, ao invés, não faz a mínima alusão à Etiópia, fixando-se antes no Extremo Oriente e no reino do Grão Câ que Marco Polo descrevera; consequentemente, propõe que, em vez de circumnavegar a África, se circumnavegasse o globo, rumando em direitura a Ocidente. Adotar tal estratégia implicaria renunciar definitivamente à cruzada, assaz prestigiosa ainda na Europa do tempo, passo para que as coisas não estavam ainda de modo algum maduras; pode mesmo afirmar-se que só a preço de um desastre como o de Alcácer Quibir, exatamente um século mais tarde, viriam as veleidades de cruzada a ser de vez abandonadas.²⁰ Não admira, pois, que a sugestão de Toscanelli tenha sido rejeitada então e, uma vez mais, quando cerca de uma década mais tarde Colombo a reiterou.

Há que notar ainda que, a partir do início do povoamento dos arquipélagos atlânticos e dos primeiros descobrimentos na costa africana entre 1419 e 1434, a expansão não se desenvolveu como a progressiva concretização de um plano prévio, mas antes como interação, por vezes conflituosa, de uma pluralidade de projetos. De fato, se, numa ou noutra das suas modalidades, a expansão ultramarina entusiasmava largos setores da classe dirigente em Portugal, não havia, contudo, unanimidade quanto aos rumos a adotar nem quanto à política a seguir.

Muitas facções da aristocracia militar preferiam ainda a expansão guerreira, sob a forma de cruzada, para arrebatar territórios à mourama e neles talhar novos

¹⁹ Para referências mais pormenorizadas, vide o nosso estudo *A lenda de s. Tomé Apóstolo e a expansão portuguesa*. In: *Lusitania Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, 2ª série, vol. III. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1991, p. 349- 418; também pub. na série *Separatas* do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n. 233. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992.

²⁰ Cf. HOUSLEY, Norman. *The later crusades: From Lyons to Alcazar, 1274-1580*. Oxford: Oxford University Press, 1992.



domínios, a distribuir entre os nobres. A burguesia e os setores da nobreza que começavam a enveredar pela mercancia preferiam uma expansão comercial, tanto quanto possível pacífica, ao longo das costas de África. Não admira que o regente d. Pedro, que ficara devendo o poder à reação antinobiliárquica dos concelhos, orquestrados pelos portos marítimos como Lisboa, tenha incentivado o povoamento das ilhas e o comércio da costa africana, mas tentado um recuo em Marrocos, ordenando a evacuação de Ceuta – o que só por motivos fortuitos não surtiu efeito.²¹ Nem tampouco espanta que a Viradeira que se seguiu à sua queda tenha implicado um retorno aos projetos de conquista marroquina.

A política oficial da Coroa variou, consequentemente, durante muito tempo, consoante as pressões que sofria de um ou de outro lado e os apoios a que se arrimava. Acabou por se fixar num projeto de reforço e engrandecimento do Estado que enlaçava ambas as políticas: prosseguir na cruzada e nas conquistas, financiando-as com os lucros do comércio. Tudo leva a crer que fosse esse já o plano de d. Afonso V ao reservar para a Coroa a exploração comercial da costa de África, única peça do senhorio de d. Henrique de que não abriu mão nem doou a seu irmão d. Fernando, filho adotivo do infante.



Essa política implicava a apropriação de pelo menos parte do tráfego marítimo pela Coroa e brigava, assim, inevitavelmente, com os interesses dos particulares que buscavam explorá-lo por sua própria conta. Como, de momento, na costa africana não havia ainda concorrentes sérios ao comércio português, os particulares preferiam prescindir da proteção do Estado a suportar a concorrência desigual dos seus estancos.²² Não admira que os mercadores tenham, por exemplo, reclamado desde cedo contra a concessão de zonas de comércio exclusivo a adjudicatários da Coroa: logo nas cortes de 1472 protestaram contra os contratos de Fernão Gomes e Martim Anes Bom-Viagem, relembrando a d. Afonso V que era a riqueza dos súditos que fazia a do soberano e, mesmo, certos princípios morais que o monarca parecia ter esquecido.²³



Senhor: O poderoso Deos por sua mercê vai abrindo caminhos que soíam a ser cerrados, per que vós podés cobrar e haver muitos beens e riqueza pera vosso estado melhor soportardes

²¹ PINA, Rui de. *Crónica de d. Afonso V*, cap. 54; pormenores e comentários no nosso estudo A evolução..., cit. supra, nota 1.

²² Sobre a origem e evolução dos monopólios régios, vide o nosso estudo *A questão da pimenta em meados do século XVI – Um debate político do governo de d. João de Castro*. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1998.

²³ ANTT, *Cortes*, maço 2, livº 14, fl. 80-81; pub. in: *Portugaliae Monumenta Africana*, I, doc. 81, p. 186-188.



e vossos povos em melhor maneira trautardes, e per que os vossos naturaes possam ser ricos e haverem grandes fazendas com que possam servir Vossa Alteza. E vós, Senhor, ainda o portal não é aberto, já o pejaes com partidos e trautos de pouco vosso serviço e menos proveito, tirando faculdade aos vossos naturaes de en essas couosas haverem de entender nem delas usar, com os quaes percalçaes essas couosas com muitos danos seus e perigos. (...).

Outrossi, Senhor, posestes relego dos dentes d'alifantes que da Guiné trazem que se não vendam senão a Martim Anes Boo-Viagem. Veja Vossa Mercê que assi como estas couosas são dom de Deos, que vos outorgou e se espera com a graça sua outras taes dessa terra se acharem e a vossos regnos virem e vossos naturaes as buscarem, e leixês a cada um vender o seu a quem por bem tiver e carregar quando lhe comprir. E melhor é que os vossos naturaes livremente carreguem essas mercadorias, de que mais soes servido...

Insistiam em que os contratos eram “contra vosso serviço e bem da repúbrica”, que estavam feitos por metade do que de fato podiam render, e que davam azo a que, associando-se aos adjudicatários, muitos judeus e estrangeiros se insinuassem nos trautos; sugeriam que o rei os rescindisse e desfizesse, dando em contrapartida licenças a quem lá quisesse ir pagando à Coroa o quarto – mas somente a portugueses e sem direito a trespasso. D. Afonso V não cedeu, alegando que pusera as concessões em almoeda e ninguém dera mais por elas, que a Guiné era possessão sua, em tudo dependente de sua mão, e que não era contra direito nem contra razão estabelecer a seu talante as condições em que concedia as licenças.

No reinado imediato continuaram os esforços dos círculos mercantis para manter à distância os monopólios realengos; foi assim que, por vezes com sucesso, se opuseram às tentativas joaninas de erguer fortes na Mina, na foz do Lucus e na do Senegal. Foi contra o voto da maioria do conselho que, em 1481, d. João II decidiu empreender a construção da fortaleza da Mina;²⁴ anos mais tarde, foi, na expressão de Rui de Pina, “sem conselho e contra conselho” que mandou uma expedição a Marrocos a construir na foz do Lucus a fortaleza Graciosa.²⁵

Foi perante o apego do rei à sua política de imperialismo político e econômico que os seus opositores ousaram recorrer a meios mais enviesados para fazer gorar seus planos. Sabe-se nomeadamente que o assassinio do príncipe jalofo d. João Bemoin, que veio inviabilizar o estabelecimento oficial português na foz do Senegal, se não deveu a uma mera quizila pessoal entre o chefe negro e Pero Vaz Bisagudo, comandante da expedição que o ia repor no trono, mas a

²⁴ BARROS, João de. *Ásia*. Década I, livº iii, cap. 1.

²⁵ PINA, Rui de. *Crónica d'el-rei d. João II*, cap. xxxviii.



uma autêntica conjura urdida no Reino, em que eram tantos os implicados que, como corroborando o cronista oficial, atesta Garcia de Resende, el-rei preferiu dissimular e sofrer a culpa a Pero Vaz, “porque auendo de dar castigo compria que matasse muitos que nisto forão culpados”.²⁶

Se a geopolítica subjacente aos planos expansionistas de d. Afonso V durante o seu reinado efetivo (1449-1481) e de seu filho d. João II (1481-1495) nos não é inteiramente clara, os desígnios de d. Manuel (1495-1521) não deixam margem para dúvidas. O seu grande projeto era atacar o Egito pelo mar Vermelho, destruir a Meca, recuperar Jerusalém e sagrar-se quicá áí imperador universal; para financiar tudo isto contava, sobretudo, com os proventos do comércio, mormente o da especiaria asiática.²⁷ A estratégia não era totalmente nova: fora já, por volta de 1318, preconizada pelo dominicano inglês William Adam, num detalhado projeto de cruzada geral que incluía a aliança com a Etiópia, o estabelecimento de uma base naval em Socotorá e de estaleiros no Malabar ou nas Maldivas, e o patrulhamento do Índico por uma esquadra cristã que assegurasse o bloqueio do mar Roxo. A principal diferença em relação aos desenhos manuelinos era que não previa a abertura da rota comercial do Cabo, preconizando, por conseguinte, o desvio do trato pimenteiro não para o Atlântico, mas para o golfo Pérsico e, por intermédio das rotas caravaneiras do Irã, para os portos do mar Negro.²⁸



Com d. Manuel, este projeto político, militar e econômico, reformulado de harmonia com as novas virtualidades que os descobrimentos portugueses ofereciam, tingiu-se de laivos messiânicos consonantes com as ideias apocalípticas que floresciam ao tempo. Nos finais da Idade Média, com efeito, a cruzada, tornada mais impossível do que nunca quer pelo egoísmo crescente dos estados modernos em formação quer pelo apagamento da função política do papado,

²⁶ RESENDE, Garcia de. *Vida e feitos d'el-rei d. João II*, cap. Ixxviii; cf. PINA, Rui de. *Crónica d'el-rei d. João II*, cap. xxxvii; BARROS, I, iii, 6-7 & 12.

²⁷ Para mais pormenores, vide os nossos estudos: A ideia imperial manuelina. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (org.). *Facetas do Império na história: Conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 39-104 (versão revista de L'idée impériale manuélaine. In: AUBIN, Jean (ed.). *La découverte, le Portugal et l'Europe: Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, p. 35-103); e Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the East, 1500-1521. In: *The Indian Economic and Social History Review*, vol. 28, n. 1. Sage, Nova Delhi e Londres, 1991, p. 97-109, este traduzido em português, com o título A “política oriental” de d. Manuel e as suas contracorrentes. In: *De Ceuta a Timor*, (cf. supra nota 1), p. 189-206.

²⁸ *De modo sarracenos extirpandi*, pub. in: *Recueil des historiens des croisades*, série arménia, vol. II. Paris, 1856, reimpr. Farnborough: Gregg Press, 1969.





fundira-se com outros desideratos dificilmente concretizáveis, como a reforma da Igreja, na grande utopia do império universal, a que as teorias joaquimistas haviam insuflado nova vida. O beato Joaquim de Flora (1130-1202), abade de um mosteiro beneditino da Calábria, havia, de feito, dividido a história universal em três idades sucessivas, correspondentes às três pessoas da Santíssima Trindade: ao reinado do Pai, que correspondia ao Antigo Testamento, havia sucedido o do Filho, concretizado no predomínio da Igreja institucional; previa-se para breve o advento do reinado do Espírito Santo, reino igualitário, em que todos seriam profetas e em que uma igreja espiritual de santos monges substituiria a igreja hierárquica e visível, prostituída à riqueza e ao poder.²⁹

Como seria de esperar, os imperadores alemães, que disputavam aos pontífices romanos a supremacia na *Respublika Christiana*, em especial os Hohenstaufen da casa da Suábia (1138-1250), dispensaram de boa mente o patrocínio a tais ideias, promovendo o culto do Espírito Santo que marginalizava a Igreja institucional. Após a morte de Corandino, neto e último descendente legítimo por varonia de Frederico II (1268), Pedro III de Aragão, casado com Constança, filha de Manfredo, rei da Sicília (1258-66), bastardo de Frederico II, proclamara-se herdeiro dos Hohenstaufen, assumindo a chefia dos gibelinos e apoderando-se da Sicília. Foi sua filha, a rainha santa Isabel, quem introduziu em Portugal o culto do Espírito Santo, de inspiração joaquimista, que se perpetuou até nossos dias, sobretudo nos territórios outrora dependentes da Ordem de Cristo, criada por seu marido d. Dinis – de que d. Manuel viria a ser administrador antes mesmo de subir ao trono.³⁰

Também os franciscanos da Idade Média final eram, de um modo geral, gibelinos, isto é, partidários da supremacia do imperador na cristandade, opositos, portanto, à ideologia guelfa que preconizava a presidência da República Cristã pelo papa e a sua ingerência nos negócios temporais; viam na restauração do império a única forma de libertar o papado de tarefas que lhe não incumbiam e assim o espiritualizar e reconduzir ao seu verdadeiro múnus. Os franciscanos

²⁹ FOLZ, Robert. *L'idée d'empire en Occident du V^e au XIV^e siècle*. Paris: Aubier, 1953; WEST, Delno C.; ZIMDARS-SWARTS, Sandra. *Joachim of Fiore: A study in spiritual perception and history*. Bloomington: Indiana Univ. Press, 1983; GILSON, Étienne. *Les métamorphoses de la Cité de Dieu*. Lovaina & Paris, 1952 (reimp. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin); LUBAC, Henri de. *La postérité spirituelle de Joachim de Flore*, 2 vol. Paris, 1978; COHN, Norman. *Na senda do milênio: Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Lisboa: Ed. Presença, 1981.

³⁰ Vide os estudos reunidos no volume *II Colóquio Internacional de Simbologia – Os impérios do Espírito Santo na simbólica do Império*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.





mais radicais, os chamados “espirituais”, tendiam a identificar-se com os santos monges que, segundo Joaquim de Flora, substituiriam, sob o reinado do Espírito Santo, a igreja corrompida, e julgavam-se predestinados para instaurar na terra essa era messiânica de igualdade, fraternidade e paz. D. Manuel foi provavelmente educado nessas ideias por seu aio d. Diogo da Silva de Meneses – que, em 1498, faria conde de Portalegre – irmão de dois franciscanos “espirituais”, a santa Beatriz da Silva e o beato Amadeu da Silva, autor de uma *Apocalypsis Nova* repassada de messianismo joaquimista.³¹

Gibelinos e joaquimitas esperavam de um imperador messiânico tanto a destruição da igreja corrupta e prostituída ao século, como a derrota do império muçulmano, a recuperação de Jerusalém, a conversão dos judeus e a submissão do universo a Cristo, associando assim a cruzada à escatologia, numa grande utopia em que se fundiam todas as grandes aspirações da cristandade medieval. Essa concepção combinava a ideia helenística de rei-salvador, cristianizada pelo século V nos *Oráculos sibilinos* judeu-cristãos, com a ideia bíblica de milênio ou reinado terrestre do Messias por mil anos, antes das grandes convulsões que precederiam o fim dos tempos. Desde o chamado *Oráculo de Metódio*, redigido na Síria no século VII no rescaldo da invasão muçulmana e cedo tresladado em latim, que a esse rei-salvador se associava igualmente a libertação dos cristãos oprimidos e a destruição do poderio islamita.³² Nas versões da profecia redigidas na península, dava-se ao rei-salvador o epíteto de *O Encoberto*, denotando aparentemente que a sua eleição por Deus não seria desde o começo evidente, o que deixava largo campo às mais variadas especulações.³³

O Venturoso recebera no batismo o nome de *Emmanuel* que literalmente significa “Deus conosco”; d. João II atribuíra-lhe, misteriosamente, como emblema, a esfera armilar, símbolo da universalidade, com a divisa “espera”; e veio, de fato, a cingir inesperadamente a Coroa, graças à morte prematura de cinco parentes mais bem colocados na ordem da sucessão. Em tais circunstâncias, logicamente se afigurou aos olhos de alguns, dentro e fora do país, como candidato

³¹ MORISI, Anna. *Apocalypsis Nova - Ricerche sull'origine e la formazione del testo dello pseudo-Amadeo*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1970; o texto da *Apocalypsis Nova*, que parece interpolado, não se sabendo em que medida deve ser atribuído ao beato Amadeu, permanece inédito; consultamos o manuscrito existente na Biblioteca do Escorial.

³² SACKUR, Ernst. *Sibyllinische Texte und Forschungen, Pseudomethodius, Adso und die Tiburtinische Sibylle*. Halle, 1898.

³³ MILHOU, Alain. *Colón y su mentalidad mesiánica en el ambiente franciscanista español*. Valladolid: Casa-Museo de Colón / Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1983.





predestinado ao império escatológico. Foi certamente em consonância com essas concepções que deu a seu filho primogênito, logo à nascença declarado herdeiro das três coroas peninsulares de Portugal, Castela e Aragão, o nome de d. Miguel da Paz: Miguel, como o príncipe das milícias celestes que precipitaria no inferno a Satanás e seus sequazes como o soldão de Babilônia, ou seja, o soberano dos mamelucos do Cairo; e da Paz, como o império universal que se preparava para ofertar sobre o Calvário a Cristo vencedor, como o pseudo-Metódio predizia.

Estas ideias apocalípticas não eram, contudo, partilhadas senão por um restrito círculo em torno de d. Manuel. A maioria do seu Conselho, onde visivelmente dominava a corrente “liberal” e mercantil, era contra os seus projetos imperiais;³⁴ e foi ao arrepiado do seu voto que o rei, animado talvez pelas certezas messiânicas que lhe infundia, entre outros, seu secretário Duarte Galvão, joaquimista convicto,³⁵ se decidiu a enviar Vasco da Gama à Índia. Pragmática e descrente do messianismo imperial, a oposição preferia, visivelmente, ater-se ao Atlântico, mar quase virgem de navegação de longo curso, onde o comércio privado poderia prosperar sem a incômoda proteção de um estado que teimava em imiscuir-se na mercancia e a reservar para si ou para seus concessionários o estanco de certos gêneros e o trato de certas áreas.



É de admitir que à medida que a expansão ultramarina se tornava ideológica, a oposição ao imperialismo político e econômico da Coroa, que provavelmente era até aí meramente pragmática, se tenha tornado ideológica por seu turno, tendendo, por conseguinte, a radicalizar-se. A existência de facções ou partidos divergentes no seio do conselho régio e da classe dirigente em geral é, ainda que discretamente, bastas vezes registrada pelos cronistas. Curiosamente, a historiografia moderna, que tanta atenção prestou às lutas políticas e sociais da primeira metade do século XV, pouco caso tem feito dessas indicações; podem contar-se pelos dedos as exceções. E, no entanto, sem tal pano de fundo, difícil sobremaneira se torna entender os rumos desencontrados que na centúria de Quinhentos veio a tomar a expansão, ou explicar cabalmante fatos sobejamente conhecidos, mas raramente interpretados, como a oposição entre a política de um d. Francisco de Almeida e a de um Afonso de Albuquerque, ou a marginalização deste último, substituído por um membro do partido oposto, Lopo Soares de Albergaria.

³⁴ BARROS, I, iv, 1.

³⁵ AUBIN, Jean. Duarte Galvão. In: *Le latin et l'astrolabe*, I (cf. supra nota 10), p. 11-48.





Há que reconhecer, contudo, que se é fácil constatar a existência de oposições, já o não é definir com um mínimo de rigor a base social de apoio a cada facção. A alta nobreza, ávida de senhorios territoriais, era tradicionalmente favorável à cruzada na sua versão marroquina; mas não se pode daí deduzir que embarcasse toda ela de igual maneira nos projetos orientais de d. Manuel, nem muito menos que partilhasse dos seus sonhos messiânicos. Boa parte dela, encabeçada pelos duques de Bragança, mostrara-se persistentemente pró-castelhana; pelo menos, jogava com o apoio de Castela para a consecução de um desiderato comum: impedir o fortalecimento do poder régio em Portugal. Foi certamente devido ao temperamento brando de d. Manuel que a aristocracia apoiou decididamente a sua candidatura ao trono, arrependendo-se de d. Jorge, o bastardo de d. João II, que seu pai queria fazer herdeiro, em quem temia reencontrar a energia paterna.³⁶ Sob o *Venturoso*, tem-se a impressão que dispensou à política indiática da Coroa um circunspecto *laissez faire*, em troca das mercês que esperava extorquir e extorquiu do monarca enriquecido.³⁷

Não é tão clara a posição da nobreza de serviço, termo sob o qual englobamos quer a nobreza de toga, formada pelos altos funcionários civis da corte, tais como os vedores, contadores, desembargadores etc., quer o setor da nobreza de espada que exercia funções na corte ou fora dela por nomeação do rei, como os alcaides-mores. Muitos acumulavam as funções áulicas com o senhorio de terras, pelo que nem sempre é azado estabelecer a fronteira que os separava da nobreza fundiária. Mais dependentes da Coroa que os senhores de terras, pareceria a priori que os que viviam sobretudo de moradias do rei deveriam apostar no fortalecimento do seu poder; mas, na prática, havia divergências profundas, e, enquanto que uns, talvez os que tinham menos meios para investir no comércio, se inclinavam para o monopolismo realengo, outros preconizavam o comércio livre, constituindo a “ala liberal” do conselho do monarca. Assim, ao passo que um dos vedores da fazenda de d. Manuel, d. Diogo Lobo da Silveira, 2º barão do Alvito, se mostrou adversário implacável da política indiática de que

³⁶ AUBIN, Jean. D. João II devant sa succession. *Ibidem*, vol. II. Paris, 2000, p. 49-82.

³⁷ Cf. AUBIN, Jean. La noblesse titrée sous d. João III: inflation ou fermeture?. In: *Le latin et l'astrolabe*, vol. I, p. 371-383. Infelizmente Jean Aubin, que deixou incompleta a monumental biografia de d. Manuel que preparava, não chegou a redigir o capítulo referente às relações do rei com a nobreza, para que tinha carreado volumosos materiais; baseamo-nos na leitura das fichas e notas que deixou. Espera-se que a equipe da Universidade Nova de Lisboa dirigida por João Paulo Oliveira e Costa, que se ocupa do projeto “A nobreza e a expansão”, dê a este ponto o merecido relevo.



Afonso de Albuquerque foi principal executor, o outro, d. Martinho de Castelo Branco, visconde de Vila Nova de Portimão, foi ao longo de todo o reinado um dos principais esteios do imperialismo manuelino.

Os Reis Católicos, aliados da aristocracia portuguesa na sua luta inglória contra a centralização do poder régio, haviam, por sua parte, apoiado d. Manuel na questão sucessória, esperando vir a ter sob o seu cetro “Portugal tão obediente a Castela como a Andaluzia”.³⁸ Há indícios de que, discretamente, continuaram a sustentar a utopia manuelina, certamente no intuito de ver o genro demasiado ocupado com a Índia, por onde pretendia atingir o coração do islamite, para lhes fazer concorrência a oeste.³⁹ Por razões inteiramente diferentes, desta feita puramente mercantis, a política indiática de d. Manuel parece ter contado com o entusiástico apoio das colónias comerciais italianas, mormente florentinas, arraigadas em Lisboa, que apostavam na rota do Cabo como um expediente para suplantar Veneza.⁴⁰

Pelo contrário, a burguesia nacional não parece ter-se interessado muito pela Índia. Mais modesta que a italiana, faltavam-lhe certamente cabedais para se empenhar em viagens tão longínquas que exigiam grande empate de dinheiro, só reembolsável ao retorno, o que requeria pelo menos quinze meses. A carreira da Índia veio assim a ser explorada sobretudo pela Coroa, por vezes associada a mercadores italianos; pelo menos nas primeiras décadas foi pouco significativa a participação de mercadores portugueses na exploração da carreira.⁴¹ Foi gradualmente que, sobretudo depois de 1515, se gerou no Índico uma classe mercantil portuguesa, formada principalmente por soldados e oficiais régios que abandonaram o serviço e se arraigaram na terra, ou por imigrantes que desposaram mulheres nativas, geralmente conhecidos por *casados*; mas foi sobretudo no *comércio de Índia em Índia*, de pequeno ou médio curso, que se empenharam, deixando quase inteiramente de lado o intercontinental. A burguesia reinol sempre continuou a interessar-se preferentemente pelo Atlântico, mais

³⁸ AUBIN, Jean. D. João II devant sa succession. In: *Le latin et l'astrolabe*, vol. II, Paris, 2000, p. 49-82.

³⁹ AUBIN, Jean. Les mariages du roi. In: *Le latin et l'astrolabe*, vol. III - Études inédites sur le règne de d. Manuel, 1495-1521, édition posthume préparée d'après les papiers laissés par l'auteur par Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz & Françoise Aubin. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, p. 15-30.

⁴⁰ Cf. *Viagens portuguesas à Índia (1497-1513)* - Fontes italianas para a sua história: o *Códice ricardiano* 1910 de Florença. Transcrição e apresentação: Carmen Radule; Prefácio, tradução e notas: Luís Filipe F. R. Thomaz. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

⁴¹ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. II. Lisboa: Ed. Arcádia, 1965, p. 82 & ss.



acessível, onde as distâncias eram mais curtas, menor o empate de capital que se exigia e menos pesada a incômoda concorrência dos monopólios realengos. Quando o comércio do Brasil se veio a desenvolver, foram não só os grandes portos, como Lisboa, Porto e Setúbal, mas muitos portos secundários (como Viana, Vila do Conde, Aveiro, Peniche, Portimão, Faro e Tavira) a armar para aí navios; enquanto que para a Índia só em Lisboa, e mediante contrato com a Coroa, se aparelhavam frotas.⁴²

Ao contrário da alta nobreza e parte da fidalguia das regiões interiores, a população dos portos, conduzida pela burguesia dos grandes centros, era de há muito avessa a Castela e a suas interferências na política portuguesa. Fora ela que, em 1319-1324, sustentara d. Dinis contra as pretensões do infante rebelde d. Afonso, apoiado sobretudo pela nobreza arraiana discretamente patrocinada pelo reino vizinho.⁴³ Fora ela que, em 1383-1385, com o auxílio inglês, suportara o mestre de Avis contra a opção da união a Castela, corporizada em d. Beatriz. Fora ela que, em 1439-1440, guindara ao poder o infante d. Pedro, excluindo da regência a rainha aragonesa d. Leonor, irmã dos líderes do partido nobiliárquico de Castela e Aragão. Daí deve também ter partido a mais ou menos aberta oposição à política imperialista de d. Afonso V e d. João II, a que aludimos já, em que era notória a componente cruzadística e a tendência monopolista contrária aos interesses dos mercadores privados.

Foi certamente no seio de tais meios que se gerou uma espécie de “partido nacionalista” que impediu d. Manuel de pender demasiadamente para os Reis Católicos, por duas vezes seus sogros, que em 1494-95 haviam decididamente apoiado a sua candidatura ao trono. Foi por certo essa corrente que ditou as condições para os contratos de casamento de d. Manuel com infantas castelhanas⁴⁴ e as condições para o exercício do poder por d. Miguel da Paz, quando viesse a cingir a Coroa dos três reinos.⁴⁵ Como é óbvio, esse independentismo



⁴² CORTESEN, Jaime. A economia da Restauração. *Congresso do Mundo Português*, vol. VI, tomo ii. Lisboa, 1940, p. 669-687; cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. IV: O governo dos reis espanhóis (1580-1640). Lisboa: Ed. Verbo, 1979, p. 244-246.

⁴³ MATTOSO, José. A guerra civil de 1319-1324. In: *Estudos de história de Portugal (Homenagem a A. H. de Oliveira Marques)*, I, sec. X-XV. Lisboa: Ed. Estampa, 1982.

⁴⁴ Cf. supra, nota 39; os contratos de casamento de 11.VIII.1497 e 15.VII.1502 (ANTT, gaveta XVII-1-9 e 2-15, respectivamente) estão publicados in: *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, p. 485-488 & 627-636.

⁴⁵ ANTT. Gaveta XII-2-4; pub. in: *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. III, Lisboa, 1963, p. 4-7.





anticastelhano aparecia indissoluvelmente ligado a uma política atlântica, em parte estribada na aliança inglesa.

Mas, para além destas clivagens, outras existiam, nem sempre se recobrindo inteiramente, o que impedia o estabelecimento de uma bipolarização clara. Não é fácil, por exemplo, seguir a evolução do partido favorável a d. Jorge de Lancaster, o bastardo de d. João II, na questão sucessória somente dirimida no leito de morte deste; d. Jorge tornou-se administrador da Ordem Militar de Santiago que parece ter tido uma estratégia divergente da da Ordem Militar de Cristo, governada por d. Manuel, preconizando uma orientação atlântica e mercantil, ao passo que esta preferiria a ligação a Castela e a política de cruzada.⁴⁶

As clivagens atravessavam, aliás, as próprias famílias, já que, devido à generalização do direito de primogenitura, os filhos segundos propendiam mais do que os primeiros a empenhar-se na expansão, na mira de obterem proveitos comerciais ou mercês do soberano que lhes permitissem fundar, por seu turno, novas casas senhoriais. Acabou por se criar o tácito consenso de que as funções no Ultramar se destinavam a beneficiar secundigénitos: assim, quando, em 1545, d. Jerónimo de Noronha, também chamado d. Jerónimo de Meneses, por alcunha *O Bacalhau*, filho de d. Henrique de Meneses e neto de d. Pedro de Meneses, 1º marquês de Vila-Real, foi nomeado capitão de Baçaim, a escolha causou escândalo na corte, “porque tinha que comer e era filho mais velho de seu pai”.⁴⁷ Verificar-se-ia na prática uma tendência para que os filhos segundos servissem em Marrocos, onde podiam facilmente alcançar a concessão de comendas de ordens militares, e que fossem os mais novos a partir para o Oriente.⁴⁸ Mas mesmo aí tampouco havia entre os nobres deserdados unanimidade de parecer quanto aos rumos da expansão: uns, mais tradicionais, “soldados práticos”, como lhes chamaria Couto,⁴⁹ sonhavam sobretudo com guerras, saques

⁴⁶ FONSECA, Luís Adão da. Os comandos da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia. In: *Mare Liberum*, n. 16. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, dez. 1998, p. 11-32; Idem, As ordens militares e a expansão. In: COSTA, João Paulo Oliveira e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia*. Actas do Colóquio Internacional. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2004, p. 321-347.

⁴⁷ COUTO, Diogo do. *Ásia*, VI, i, 1.

⁴⁸ Cf. BOONE III, James L. Parental investment and elite family structure in preindustrial states: A case study of late Medieval-early Modern Portuguese genealogies. In: *American Anthropologist*, 88 (4), dez. 1986, p. 859-878.

⁴⁹ COUTO, Diogo do. *O primeiro soldado prático*. Introdução, ensaio de leitura, glossário e índice onomástico por António Coimbra Martins. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001; 2ª versão, inteiramente diferente da primeira: COUTO,



e batalhas, porfiando em multiplicar façanhas bélicas com que lustrar o nome de sua linhagem e merecer d'el-rei as desejadas benesses; consequentemente, tendiam a inclinar-se para o estatismo e para a expansão guerreira. Outros, ao invés, enveredavam por acumular pecúlios que lhes permitissem prosperar na mercancia e preferiam, logicamente, o comércio livre longe dos olhares da Coroa.⁵⁰ É bem provável que tal dicotomia, clara já nas primeiras décadas do século XVI, remontasse à centúria precedente e estivesse, por conseguinte, ativa nos primórdios do reinado de d. Manuel.

A própria personalidade do *Venturoso* é complexa: o messianismo ingênuo é apenas uma das suas facetas. D. Manuel é o monarca que mandou construir para seu túmulo o Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa, mas que deixou escrito em testamento que não queria funerais de rei, mas só de homem comum, e desejava jazer em campa rasa.⁵¹ É o místico que, em 1517, pensava seriamente em abdicar, hesitando entre abraçar a vida religiosa e dedicar-se à cruzada marroquina com os réditos da Ordem de Cristo de que permaneceria administrador;⁵² mas é também o criador dos Correios de Portugal e o autor do primeiro código sistemático de legislação portuguesa, as *Ordenações Manuelinas*, já que as *Ordenações Afonsinas*, compiladas outrora pelo regente d. Pedro, eram ainda uma coletânea, ainda que ordenada e seletiva, de leis antigas.

Ao longo dos vinte e seis anos de seu reinado, d. Manuel apenas quatro vezes reuniu as Cortes; e a sua reforma dos forais, ao fazer entrar os fidalgos nas vereações, veio, em certa medida, a nivelar a fidalguia com a população vilã dos concelhos. As suas tendências autocráticas, em parte decorrentes do seu messianismo iluminado, frustraram as aspirações de uma parte da nobreza, que apostara nele na questão sucessória, tornando-o muito mais em continuador da política centralizadora de seu antecessor e primo que em seu opositor.⁵³ Foi o primeiro



Diogo do. *O soldado prático*, texto restituído, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Colecção de Clássicos Sá da Costa, 1937.

⁵⁰ Cf. o nosso estudo: O testamento político de Diogo Pereira, *o Malabar*, e o projecto oriental dos Gamas. In: *Anais de História de Além-Mar*, n. 5. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 61-160; e BOUCHON, Geneviève; THOMAZ, Luís Filipe F. R. *Voyage dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy*: Relation portugaise anonyme (1521). Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1988.

⁵¹ Testamento d'el-rei d. Manuel. ANTT. Gaveta XVI-2-2, pub. in: *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI, Lisboa, 1967, p. 111-163.

⁵² GOES, Damião de. *Crónica d'el-rei d. Manuel*, parte IV, cap. xxvi.

⁵³ ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*, vol. III. Coimbra, 1925, *passim*; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, vol. III, p. 212-218.



a tentar criar em Portugal um exército mais ou menos regular, as *companhias de ordenança*, enquadradas por capitães profissionais⁵⁴ – o que curto-circuitaria a nobreza guerreira numa das sua funções tradicionais, o enquadramento militar da peonagem, mas só veio a ser alcançado por seu bisneto d. Sebastião.

Este paradoxo aparente explica-se em boa parte pelas influências diversas que d. Manuel recebia de seus homens de confiança e colaboradores mais diretos. Duarte Galvão, seu secretário, representa, sem dúvida, a corrente mística e apocalíptica que de certo modo domina o seu reinado; mas d. Martinho de Castelo Branco, o vedor da fazenda a quem nomeou seu testamenteiro, representa antes o realismo político, organizado e ponderado.

As próprias cartas dirigidas por d. Manuel ao papa e por seu mando impressas em vários pontos da Europa revelam orientações distintas e são visivelmente de diferentes punhos – o que se deve imputar à constante necessidade de pactuar com a oposição ou lhe fazer concessões, mais que a uma suposta inconstância de caráter do soberano. Assim, o messianismo imperial apenas nas *Gesta proxime per Portucaleenses in India*⁵⁵ é nítido; mas lê-se também, nas entrelinhas da *Carta das novas* redigidas em português e dirigidas não ao papa, mas à opinião pública nacional, que o rei queria conquistar para si.

É no complexo contexto desta multiplicidade de posições e interesses que deve ser entendido o envio de Vasco da Gama à Índia, contra o voto da maioria do Conselho.⁵⁶

Felizmente para d. Manuel e para os que em seu torno partilhavam das suas ideias, Vasco da Gama regressou do Malabar redondamente enganado acerca dum ponto capital: orara nos templos hindus cuidando serem igrejas, venerara a efígie de Kâlî, supondo ser a Virgem Maria, tomara os brâmanes por sacerdotes católicos e a água lustral das suas ablucções por água benta; e transmitiu ao soberano a imagem de uma Índia majoritariamente povoada de cristãos, capazes de contribuir para a cruzada geral com um efetivo de guerra dez vezes superior ao dos mouros. Foram sem dúvida estas auspiciosas notícias que permitiram ao monarca vencer a oposição da corte e prosseguir na sua aventura indiática. Os

⁵⁴ Cf. AUBIN, Jean. Le capitaine Leitão, un sujet insatisfait de d. João III. In: *Le latin et l'astrolabe*, vol. I, p. 309-369.

⁵⁵ Impresso em Colónia talvez em 1505, reimpresso em Roma e em Nuremberg em 1507; reprodução em fac-símile (da ed. de Nuremberg), acompanhado de tradução portuguesa por COSTA, José Pereira da. In: *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, t. I I. Lisboa, 1958, p. 53-67.

⁵⁶ BARROS, I, iv, 1; GOES, I, xxiii. Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.





que acreditavam nas profecias viram na facilidade com que as naus do *Venturoso* atingiram na primeira tentativa o seu objetivo um sinal certo da predileção divina; quanto aos setores do Conselho mais inclinados à mercancia que às empresas militares deixaram-se quiçá embalar pela perspectiva de poderem estender ao Índico – supostamente circum-habitado de irmãos na fé, em que veriam já bons parceiros comerciais – o sistema de comércio pacífico que vigorava no Atlântico a sul das ilhas Canárias. Sabemos, pelo menos, que os mercadores florentinos estantes em Lisboa exultaram perante as perspectivas comerciais que a viagem do Gama parecia abrir-lhes, vaticinando que em breve os venezianos teriam de se volver pescadores;⁵⁷ é provável que d. Manuel tenha encontrado neles o aliado de que carecia na sua surda disputa com a corte.

Foi assim que, para desfazer a má impressão que nas Índias haviam causado a modesta expedição de 1498 e os pobres presentes que trouxera ao samorim de Calecut, d. Manuel decidiu despachar para lá nova frota: bem mais potente, seria por certo capaz de desfazer as hesitações ao samorim e levá-lo a abraçar, como se esperava de um príncipe cristão, a causa da cristandade contra a mourismos que fizera a fortuna do seu porto e em que, aparentemente, continuava a apostar. Quem na corte redigiu as instruções para Pedro Álvares Cabral, comandante dessa armada, não parecia partilhar dos sonhos manuelinos de cruzada apocalíptica e império universal; mas estava visivelmente interessado no comércio, mormente de especiaria e foi nessa conformidade que redigiu o documento. Antes, porém, que fosse oficialmente entregue a Cabral, alguém, talvez Duarte Galvão, o retocou, de modo a colocar o acento na cruzada e na caça aos vasos de comércio da mourama.⁵⁸

A manobra não deve, por certo, ter agradado ao partido, majoritário na corte, que mais ou menos abertamente se opunha ao imperialismo de d. Manuel. Não admiraria que, por meios enviesados como os usados onze anos antes para fazer gorar os planos joaninos de estabelecimento na foz do Senegal, tentasse lançar mão de qualquer expediente para desviar da cruzada as atenções do Reino.

⁵⁷ Carta de Guido di Tomaso Detti. In: *Viagens portuguesas à Índia...* cit. supra, doc. IV.

⁵⁸ LOBATO, Alexandre. Dois novos fragmentos do regimento de Cabral para a viagem da Índia em 1500. In: *Studia*, n. 25. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, p. 31-49.





II

Sabe-se, de fonte segura, que já d. João II suspeitava da existência de vastas terras emersas nas plagas ocidentais do Atlântico sul. O que sucedeu, quando das negociações que conduziram ao acordo de Tordesilhas é, por si só, perfeitamente eloquente: não era o mar que se partilhava, já que os castelhanos teriam em qualquer caso que atravessar a zona portuguesa para alcançar as terras achadas por Colombo, enquanto que os portugueses, para prosseguirem rumo a sul ao longo da costa africana, tinham do mesmo modo que cruzar as águas contíguas às Canárias, da conquista de Castela. Para mais, segundo o princípio universalmente aceito, o mar em si não era apropriável. Não poderiam ser senão terras o que estava em jogo. Uns trinta e tal anos mais tarde, em 1527, Robert Thorne, um comerciante inglês de Bristol estabelecido em Sevilha, afirmava explicitamente a seu rei que o pomo da discordia resolvida em Tordesilhas era o Brasil:⁵⁹

Also it should seeme that when this foresaid consent of the division of the world was agreed of betweene them, the king of Portingal had already discovered certaine Islandes that lie over against Cape Verde, and also certaine part of the maine land India toward the Soulth, from whence he fette brasill, and called it land of Brasil.



O evidente anacronismo no que concerne a toponímia não invalida totalmente o resto do testemunho. Mas ainda que o descartássemos por tardio, que fazer do de Isabel, a Católica? Em carta de 5 de setembro de 1493 dirigida a Colombo, no auge da disputa que só ao ano imediato se resolveria em Tordesilhas, depois de o avisar de que da Madeira partira uma caravela portuguesa a descobrir a ocidente, afirmava:⁶⁰



Y porque despues de la venida de los portugueses en la plática que con ellos se ha habido, algunos quieren decir que lo que está en medio desde la punta que los portugueses llaman de Buena Esperanza, que está en la rota que agora ellos llevan por la Mina del Oro e Guinea abajo, fasta la raya que vos dijistes que debía venir en la

⁵⁹ HAKLUYT, Richard. *The principal navigations, voyages, traffiques & discoveries of the English nation*. Londres & Nova Iorque: Everyman Library, J. M. Dent & E. P. Dutton & Cº, [s. d.], vol. I, p. 226.

⁶⁰ Pub. por FERNANDEZ DE NAVARRETE, Martín. Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV. In: *Obras de don...*, edición y estudio preliminar de d. Carlos Seco Serrano, tomo LXXV, 1º vol, doc. lxxi. Madrid: Atlas, Biblioteca de Autores Españoles, 1954, p. 364-365.





bula del Papa, piensan que podrá haber islas y aun tierra firme, que según en la parte del sol que está se cree que serán muy provechosas y más ricas que todas las otras.

Diga-se, entre parêntesis, que esta crença a priori na riqueza de tais ignotas plagas se fundava na convicção, comum na época, de que o ouro e as pedras preciosas se geravam no interior da terra devido à incidência do sol, pelo que, logicamente, abundariam mais nas partes equatoriais.

Não menos apodítico é o testemunho de Colombo, num passo da relação da sua viagem de 1498, transmitida por Las Casas. Afirma aí o almirante que, após ter despachado três dos seus navios das Canárias para as Antilhas, seguindo a rota das duas primeiras viagens, decidiu prosseguir para sul com uma nau e duas caravelas, em direção a Cabo Verde, explicando que:⁶¹

quiere ir al austro, porque entiende, con ayuda de la Sancta Trinidad, hallar islas y tierras, con que Dios sea servido y Sus Altezas y la christiandad ayan plazer, y que quiere ver cuál era la intención del rey don Juan de Portogal, que dezía que al austro avía tierra firme; y por esto dize que tuvo diferencia con los reyes de Castilla (...); y dize más que tenía el dicho rey don Juan por cierto que dentro de sus límites avía de hallar cosas y tierras famosas.



A suspeita do capitão genovês foi em Cabo Verde confirmada pelos principais da ilha de Santiago, que lhe asseveraram que: “al sudueste de la isla del Huego (...) se veía una isla, y que el rey don Juan tenía grande inclinación de embarcar a descubrir al sudueste”.



Decidiu então Colombo prosseguir até a latitude da Serra Leoa e do cabo de Santana, na Guiné (7° 34' N), e atravessar daí o gólfão, “en el qual camino vería la opinión del rey don Juan susodicha”. Como é sabido, veio, de fato, a topar com o continente sul-americano, aterrando entre a foz do Orinoco e o golfo de Pária, na atual Venezuela.

Eram certamente essas tais terras de cuja existência suspeitava d. João que apareciam debuxadas, não sabemos com que grau de verossimilhança, no mapa de Pero Vaz Bisagudo a que se refere mestre João.⁶² O esboço era sem dúvida conjectural, pois não podia haver delas senão uma vaga ideia. Nem sequer se devia saber ao certo se eram ilhas, como criam os habitantes de Santiago, se

⁶¹ COLÓN, Cristóbal. *Textos y documentos completos* - Relaciones de viajes, cartas y memoriales. Edición, prólogo y notas de Consuelo Varela, doc. xxxiv. Madrid: Alianza Editorial, 1982 (reimp. 1984), p. 223-224.

⁶² MAGALHÃES, Joaquim Romero de; MIRANDA, Susana Münch (ed.). *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*, doc. 13. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1999, p. 91-93.





terra firme, como afirmava d. João II. A dúvida manter-se-ia mesmo depois do descobrimento cabralino: tanto Pero Vaz de Caminha como mestre João opinam que se trataria de ilha ou arquipélago; a continentalidade da terra descoberta só começa a ser decididamente afirmada em documentos de 1501: a relação do crítico à senhoria de Veneza, a carta de Vespuíco escrita do Cabo Verde e, embora com menos convicção, a chamada *Relação do piloto anónimo*. O crítico é assaz peremptório: “esta terra é terra firme, porque viram mais de duas mil milhas de costa e não lhe encontraram fim”. Vespuíco vai mais longe ainda, identificando o continente tocado por Cabral com o que ele próprio costeara no ano precedente ao serviço de Castela, integrado, como se sabe, na expedição de Hojeda.⁶³ O mais provável é que, como afirma Gaspar Correia,⁶⁴ o navio de Gaspar de Lemos, mandado a Lisboa com a nova do achamento do Brasil, mesmo sem efetuar novos desembarques, o tenha costeado de Porto Seguro para norte, apercebendo-se então da sua continentalidade.

Havia, de qualquer maneira, nos derradeiros anos do século XV, uma firme convicção de que a sudoeste de Cabo Verde e a sueste das ilhas achadas por Colombo havia terras emersas; e o Tratado de Tordesilhas reservara para Portugal a sua posse.



É difícil abstrair de tal pano de fundo ao considerar a rota seguida por Cabral. Já no século XVI, se afigurava insólita, levando vários cronistas a imaginar uma tempestade que, no Atlântico sul, o teria arrastado para sueste, mas que as fontes coevas mais fidedignas, como Caminha, mestre João e a primeira edição de Castanheda, não referem nem deixam entrever; ou então, como imagina António Galvão,⁶⁵ que a armada tivesse perdido a rota, ao procurar em vão a nau que dela se apartara em Cabo Verde, o que tampouco é exato. O que mais espanta é que Cabral tivesse aterrado no Brasil tanto a oeste e tanto a sul, quase à latitude em que, na rota mais expedita para a Índia, devia começar a inflectir para leste.

⁶³ GREENLEE, William Brooks. *A viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos documentos e relações coevas*. tradução de António Alvaro Dória. Porto: Livraria Civilização [1951] (adaptação portuguesa do volume *The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India*, publicado pela Hakluyt Society de Londres em 1938), p. 155, 222-223 & 259-260, respectivamente.

⁶⁴ CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*, publicadas de ordem da Classe de Ciências Moraes, Políticas e Bellas Artes da Academia Real das Ciências de Lisboa e sob a direção de Rodrigo José de Lima Felner, tomo I. Coimbra, reimpr. 1922, Armada de Pedraluares Cabral, cap. ii, p. 152.

⁶⁵ GALVÃO, António. *Tratado dos descobrimentos*, terceira edição, minuciosamente anotada e comentada pelo visconde de Lagoa com a colaboração de Elaine Sanceau. Porto: Livraria Civilização, [s. d.], p. 147-148 & 345.





Desde o século passado que os marinheiros e geógrafos que estudaram o percurso de Cabral, como Baldaque da Silva, Gago Coutinho e o almirante Fonseca, foram unânimes em mostrar, com argumentos que seria ocioso repetir aqui, que no condicionalismo físico de ventos e correntes do Atlântico meridional nada implicava tamanho bordo para suete numa viagem em direção ao Cabo⁶⁶ – pelo que parece impor-se a conclusão de que o bordo foi intencional.

Se assim foi, resta averiguar de quem partiu a ideia.

III

Tem-se geralmente imputado a d. Manuel a iniciativa de recomendar a Cabral que efetuasse tal bordo, de modo a, de passagem rumo à Índia, topar com o Brasil. Fingiria assim ter achado por acaso o que sabia bem existir e levava em regimento descobrir. Mas jamais alguém explicou cabalmente as razões para encenação tão bizarra.

Seria exagero afirmar que o *Venturoso*, obcecado com a ideia de cruzada e entusiasmado com a estratégia que gizara de ataque pelo mar Roxo à retaguarda do islão, bem mais viável agora que em dias de frei Guilherme Adam, se não interessou jamais pelo ocidente. A provar que assim não está a expedição de 1498, em que, segundo o insofismável testemunho do próprio, enviou às vizinhanças do Brasil Duarte Pacheco Pereira.⁶⁷ Notemos, de passagem, que se tem posto em dúvida que o alvo dessa expedição fosse o Atlântico sul, pretendendo que se dirigia antes à Florida; mas sem razão. Se o que Duarte Pacheco afirma, no capítulo segundo do primeiro livro do *Esmeraldo*, é ambíguo, não o é um passo ulterior da mesma obra, a que se não tem prestado a atenção devida: o



⁶⁶ Podem ver-se *inter alia*: LEITE, Duarte. *História dos descobrimentos* - Colectânea de esparsos, 2 vols. Lisboa: Ed. Cosmos, 1959-1962; PERES, Damião. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: Antecedentes e intencionalidade*. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, 2º ed., 1968; COUTINHO, Almirante Gago. *Segredos sobre a descoberta do Brasil: 1 - reflexões técnicas*. Lisboa: Publicações Quipu, 2000; GUEDES, Max Justo (dir.). *História naval brasileira*, vol. I, tomos 1 & 2. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975; GUEDES, Max Justo. *O descobrimento do Brasil [1500-1548]. The discovery of Brazil*. Lisboa: CTT Correios, 2000.

⁶⁷ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis* I, ii & II, xi. 3ª ed. Introdução e anotações históricas pelo académico de número Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1954, p. 20-21 & 161.





capítulo décimo primeiro do segundo livro, em que explicitamente identifica com o Brasil a terra a que aludira atrás.⁶⁸

Não cabe aqui discutir se Duarte Pacheco desembarcou em terras brasileiras, se apenas as avistou do mar ou se nem isso; nem elementos há que o permitam decidir ao certo. Importa apenas notar que foi d. Manuel quem no mandou. Pretenderia, quiçá, fazer medições de longitudes, de modo a preparar a exata aplicação de Tordesilhas, enquanto o Gama não regressava da Índia, cuja longitude não era ainda conhecida com certeza; e adiantar-se a Colombo, pronto a partir para a sua terceira viagem, em que, como vimos, tencionava averiguar da veracidade das suspeitas de d. João II quanto àquele continente austral. Não é impossível que, como foi já aventado, tenha, pela mesma época e com o mesmo escopo, enviado também Bartolomeu Dias a determinar a sul o ponto de passagem da raia de Tordesilhas.⁶⁹

Com o regresso do Gama, ao ano imediato, contudo, as cousas mudaram um pouco de figura. Ficava a conhecer-se com relativa exatidão a posição do Malabar; e sabia-se que Colombo havia topado com terra firme, mas bem a ocidente da zona reservada a Portugal. Sobretudo, o fruto por que anelava el-rei parecia agora maduro para colher. Estava, com efeito, aberto o caminho tanto para o trato da especiaria como para a aliança com os cristãos do Oriente; a médio prazo, perfilava-se a grande cruzada geral, o esmagamento do islamismo, a destruição da Meca, a recuperação de Jerusalém, e tudo o mais que os ideólogos da Baixa Idade Média, interpretando a sibila Tiburtina, o pseudo-Metódio e Joaquim de Flora, anteviam como tarefa do imperador universal que, no fim dos tempos, Deus suscitaria. Se d. Manuel, guindado ao trono por um concurso tão imprevisto de circunstâncias favoráveis, se afigurara desde logo candidato, a facilidade com que Vasco da Gama atingira, à primeira tentativa, o alvo de há tanto tempo visado, parecia sinal do céu a confirmá-lo.

Nesta atmosfera apocalíptica, as terras que, dentro da demarcação portuguesa, jaziam a ocidente tornavam-se secundárias. Para a estratégia de d. Manuel, toda ela enrolada em torno do império mameluco do Egito, pouco importavam, por certo, a não ser como escala e ponto de refresco para as armadas que tencio-

⁶⁸ Cf. COUTO, Jorge. *A construção do Brasil - Ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1995, p. 149-160.

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 377-378.



nava continuar a mandar ao Oriente. E se d. Manuel era, de fato, o *Encoberto*, mais cedo ou mais tarde que por força haveriam de lhe vir às mãos.

Poderá argumentar-se que urgia que Portugal se adiantasse aos castelhanos, evitando que ocupassem uma posição de que poderiam comodamente interceptar a navegação portuguesa para as Índias e a rota das especiarias, com que d. Manuel queria financiar a cruzada e os luxos de uma corte com pretensões a imperial. Isso, porém, só se tornaria premente se se viesses a toldar as boas relações com Castela, que d. Manuel, por todos os meios ao seu dispor, porfiava em conservar. Fora, mais uma vez, de moto próprio, fechando ouvidos às reticências das Cortes, que, em março de 1498, acedendo à sugestão dos sogros, partira para o país vizinho, a ser jurado em Toledo herdeiro e sucessor dos reinos de Castela e Leão. Em Saragoça, em junho, as Cortes de Aragão, sob diversos pretextos, haviam-se furtado de começo ao juramento; mas, entremedes, a rainha, primogénita dos Reis Católicos, dera à luz, para falecer em seguida, e o príncipe então nascido, d. Miguel da Paz, acabara por ser jurado herdeiro das três coroas.⁷⁰ Do lado de Espanha, tudo parecia favorável, portanto. Apenas a morte de d. Miguel, a 20 de julho de 1500, viria a modificar o xadrez político; mas então havia já quatro meses que Pedro Álvares era partido.



Poderia, mesmo assim, temer-se que as expedições andaluzes de Hojeda, Niño, Diego de Lepe e Pinzón, partidas em 1499 a explorar a terra firme visitada no ano anterior por Colombo, fossem imiscuir-se no hemisfério português.⁷¹ Se tal receio havia, não era de todo infundado: sabemos hoje que tanto Vicente Yáñez Pinzón como Diego de Lepe aterraram na costa setentrional do que é hoje o Brasil. Daí, porém, levados talvez mais pelos ventos e pelas correntes que pelo receio de infringir o disposto em Tordesilhas, navegaram para oeste, em direção ao golfo de Pária, na atual Venezuela, já visitado pelo almirante genovês.⁷² É verdade que, por onde ao certo andaram, só após o seu regresso, em 1500, partida já a armada de Cabral, se viria a saber na Europa; mas é de presumir que antes da partida tenha transpirado que pretendiam refazer a rota de Colombo na sua viagem do ano precedente.

⁷⁰ Cf. AUBIN, Jean. *Le latin et l'astrolabe*, vol. III, p. 24-30.

⁷¹ Vide FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, op. cit. supra, tomo 2º, p. 18 & ss.

⁷² Não parece ter razão Duarte Leite ao negar a presença de Pinzón e Lepe no que é hoje a costa setentrional do Brasil (vide: Os falsos precursores de Cabral. In: *História dos descobrimentos*, cit. supra, vol. I, p. 507-532). Cf. GUEDES, Max Justo, op. cit. supra.





Por parte de Portugal impunha-se, portanto, a vigilância. Não era, contudo, a costa norte-sul do Brasil que importava vigiar, mas a costa leste-oeste do Rio Grande do Norte ao Maranhão. A solução mais lógica seria despachar imediatamente de Lisboa uma caravela a tomar posse das terras reservadas a Portugal pelo tratado e delimitar a raia; mas, nesse caso, o objetivo seria a costa setentrional do Brasil, onde, devido ao regime de ventos e correntes, jamais se poderia passar em viagem para a Índia, e não o sul baiano a que Cabral aportou.

Não é de crer, por conseguinte, que no momento de despachar para a Índia seu segundo capitão, o rei, que com tamanho esforço prosseguia, em luta surda com a corte, a sua política oriental, quisesse pôr em risco o seu objetivo central para proceder ao reconhecimento de um território cuja posse ficara assegurada já em Tordesilhas, e que uma simples caravela enviada de Lisboa poderia facilmente explorar. Desviar da sua rota uma frota inteira para representar na costa sul-americana a farsa do descobrimento ocasional era expô-la inutilmente aos riscos de encalhar nos recifes coralinos que acompanham quase todas as costas tropicais, de incorrer em recontros com nativos, de perder tempo e dobrar o Cabo no pino do inverno, quando são mais temíveis os ventos de oeste, de falhar no Índico a monção mais favorável e ter de invernar na África Oriental, como dois anos antes ia sucedendo ao Gama.

Se havia a certeza de que essas terras do sudoeste do Atlântico recaíam dentro da demarcação portuguesa, a farsa era de todo inútil. Se, pelo contrário, havia dúvidas quanto à sua situação em relação à raia de Tordesilhas, uma caravela isolada poderia efetuar as observações necessárias e as medições que se impunham muito mais discretamente que uma armada imponente em que boa parte da Europa tinha os olhos postos.

Por outro lado, dar ordens para que tornasse atrás tanto ao começo da viagem o navio auxiliar da frota era privá-la do seu apoio no resto do trajeto; Vasco da Gama, que não chegava a levar consigo um terço dos navios de Cabral, e consumia, por conseguinte, menos de um terço das vitualhas, só se desfez do seu na aguada de São Brás, dobrado já o Cabo.⁷³ Se, como se fez na expedição do Gama, fosse queimada a caravela de apoio, a sua tripulação distribuir-se-ia pelos demais navios da frota; fazendo-a tornar para trás, necessariamente com a mor

⁷³ *Diário da viagem de Vasco da Gama*, fac-símile do códice original, transcrição e versão em grafia atualizada, com uma introdução por Damião Peres, leitura paleográfica por António Baião e A. de Magalhães Basto, 2 vols. Porto: Livraria Civilização, [s. d.], fl. 7 & p. 14.





parte da guarnição a bordo, privava-se a armada de uns 7% dos seus homens. Como nota Gaspar Correia,⁷⁴ o único cronista a informar a tal respeito, d. Manuel recrutara-os a peso de ouro e com a isca de licenças para fazerem na Índia os seus proveitos; seria ilógico incorrer em tais despesas se tinha na intenção fazê-los tornar atrás. Para mais se contava com a imponência da armada para convencer o samorim a demarcar-se dos *mouros de Meca* e pender para os portugueses. Esperava-se, por conseguinte, que a carga se fizesse sem dificuldade; e, para o caso de os navios da frota serem insuficientes, previa-se a compra de mais:⁷⁵

Item. Porque poderá ser que com ajuda de Nosso Senhor acharés em Calecut ou em Calnur [i. e., Cananor], em qual dos lugares vossa cárrega houverdes de tomar, de tam abastada a cárrega que pela ventura se mais navios levásseis se poderiam carregar, neste caso, se assi fosse e vos parecesse que por nosso serviço o devéis fazer, haveremos por bem que comprés algum navio ou navios dos de lá da terra pera os carregardes e trazerdes convosco.

Dava-se igualmente autorização aos particulares que seguiam na conserva para fazerem o mesmo, se tivessem posses e necessidade disso, apenas com a condição de à chegada pagarem do que trouxessem os direitos alfandegários previstos.

Há que notar, por outro lado, que as instruções náuticas, redigidas por Vasco da Gama para uso de Pedro Álvares Cabral não preveem qualquer desvio ou escala entre Cabo Verde e a aguada de São Brás:⁷⁶

Item. Depois que em bôa hora daqui partirem, farão seu caminho direito á ilha de Santiago; e se ao tempo que i chegarem tiverem águas em abastança pera quatro meses, não devem passar na dita ilha nem fazer neúa demora, soomente enquanto lhe o tempo servir á popa fazerem seu caminho pelo sul; e se houverem de guinar seja sobre a banda do sudeste. E tanto que neles der o vento escasso devem ir na volta do mar até meterem o cabo de Bôa Esperança em leste franco (...). E per esta maneira lhe parece que a navegação será mais breve e os navios mais seguros do busano, e isso mesmo os mantimentos se teem melhor e a gente irá mais sâa.

Se el-rei não estava de acordo com tais instruções poderia tê-las mandado retocar, como fez às que foram dadas a Pedro Álvares sobre o comportamento a adotar na Índia.

⁷⁴ *Lendas da Índia*. Armada de Pedraluares Cabral, cap. i, p. 147-148.

⁷⁵ *Os primeiros 14 documentos*, doc. 9, p. 72-73.

⁷⁶ Ibidem, doc. 5, p. 40-41.





Argumenta-se que d. Manuel poderia, oralmente e em particular, ter dado ao capitão-mor instruções contrárias às que lhe dava oficialmente e por escrito, por uma razão de sigilo. É verdade que se conhecem casos de instruções dadas em segredo a certos capitães: a armada de d. João de Meneses, conde de Tarouca, enviada em 1501 por d. Manuel em socorro das posições venezianas da Moreia ameaçadas pelos turcos, levava ordens secretas para, de passagem, se apoderar de Marçal-Quibir, o porto que serve Ourão;⁷⁷ mas Marçal-Quibir, que d. Manuel cobiçava talvez para escala da sua cruzada ao Levante, ficava na Argélia, na zona de expansão que, pelo Tratado de Sória ou de Monteagudo, assinado em 1291, cabia a Aragão.⁷⁸ Mais tarde, em 1519, quando ao serviço de Castela Magalhães partiu para oeste em demanda de Maluco, d. Manuel decidiu antecipar-se-lhe, enviando, pela rota do Cabo, Jorge de Brito a erguer um forte em Ternate; a ordem foi dada no maior segredo.⁷⁹ E na sua nomeação para capitão da fortaleza que ia a construir dizia-se enganosamente que a ia a construir em Samatra.⁸⁰

Noutros casos, porém, não se guardou sigilo, embora o alvo da expedição fosse controverso; em 1505, foi por escrito que d. Manuel deu instruções ao vice-rei que então enviava à Índia para que mandasse homens a descobrir Malaca⁸¹ – sem embargo de os castelhanos afirmarem que caía na sua demarcação, teimando em que o antimeridiano de Tordesilhas passava nas bocas do Ganges. No ano imediato foi também por escrito que d. Manuel insistiu com o vice-rei, recomendando-lhe que se adiantasse “a outros”, “porque nestas cousas a posse dá muito direito”.⁸² Escritas igualmente foram as instruções entregues em 1508

⁷⁷ GOES, I, li-ii.

⁷⁸ VALDEÓN BARUQUE, Julio. Las particiones medievales en los tratados de los reinos hispánicos – Un posible precedente de Tordesillas. In: *El Tratado de Tordesillas y su proyección*, tomo I. Valladolid: Seminario de Historia de América – Universidad de Valladolid, 1973, p. 21-32.

⁷⁹ CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*, vol. II. Diogo Lopes de Sequeira, cap. xiii, p. 623-624.
⁸⁰ RIBEIRO, prof. Luciano. *Registo da Casa da Índia*. Introdução e notas do ..., vol. I, registro n. 56. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 13.

⁸¹ Regimento de d. Francisco de Almeida, 5.III.1505. ANTT. *Maço 2º de Leis*, n. 13, pub. por BU-LHÃO PATO, Raymundo Antonio de. *Cartas de Affonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, tomo II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1898, p. 272-334.

⁸² Carta de d. Manuel a d. Francisco de Almeida (1506). ANTT. *Maço 2º de Leis*, n. 22, pub. por SÁ, Artur Basílio de. *Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente – Insulíndia*, vol. I. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 3 & ss.



a Diogo Lopes de Sequeira para explorar os mares da Ásia do Sueste, inquirir da China e assentar feitoria em Malaca.⁸³

No caso de Pedro Álvares Cabral, por que sigilo? Por via da oposição interna? Mas essa estava, segundo tudo leva a crer, muito mais interessada que d. Manuel no Atlântico; nada conviria mais ao soberano para aquietá-la do que acenar-lhe com compensações, significando-lhe que era também sua intenção mandar descobrir terra em que em breve poderiam mercadejar a seu talante.

Quanto a Castela, não se comprehende porque precisaria o soberano português de mandar secretamente descobrir o que pelo Tratado de Tordesilhas lhe cabia manifestamente em sorte. Se, em 1493, quando as negociações estavam ainda em curso, ninguém guardara o segredo e as suspeitas de d. João II chegaram ao conhecimento dos Reis Católicos, para que o sigilo agora que tudo ficara regulado e o filho de d. Manuel era o herdeiro jurado das três coroas?

Resta a hipótese da França; mas nada indica que já então pensasse no Brasil, de cuja existência não devia, antes da expedição cabralina, suspeitar sequer. O soberano francês, que era ao tempo Luís XII (r. 1498-1515), estava, para mais, demasiado ocupado com as guerras de Itália para poder abalançar-se a expedições tão longínquas quanto aleatórias. Se durante o seu reinado veio, de fato, a ter lugar uma primeira expedição francesa ao Brasil, a de Gonnehville em 1503, há que notar que foi de iniciativa inteiramente privada.⁸⁴ Seja como for, o interesse da França pela América meridional é, obviamente, consequência e não causa do achamento da Terra de Santa Cruz. Mas se, por hipótese, d. Manuel se arrecessasse da França, ou de outra potência cristã excluída como ela do testamento de Adão, não é de admitir que pusesse em obra a sua encenação teatral antes de ter a postos uma expedição para reconhecer detalhada e manifestamente a terra que ora fingia achar por mero acaso, e tomar oficialmente posse dela. Ora, nada disso se passou: a expedição enviada a explorar o litoral brasileiro, em que se incorporou Vespúcio, apenas zarpou de Lisboa cerca de um ano mais tarde, em maio de 1501, tão tarde que se veio a cruzar no Cabo Verde com Cabral, já de regresso da Índia. Isso prova à saciedade que d. Manuel não estava ainda

⁸³ Regimento de Diogo Lopes de Sequeira, Almeirim, 13.II.1508. ANTT. *Corpo cronológico*, 1-6-82, pub. por BULHÃO PATO. *Cartas* (cf. supra nota 81), p. 403-419.

⁸⁴ Vide *Le voyage de Gonnehville (1503-1505) & la découverte de la Normandie par les indiens du Brésil*. Étude & commentaire de Leyla Perrone-Moisés, traduit par Ariane Witkowski. Paris: Éditions Chandigne, 1955.





preparado para mandar reconhecer a costa visitada por Cabral quando chegou a Lisboa o navio de Gaspar de Lemos com as novas de Porto Seguro.

Uma vez que seria utópico imaginar que toda a tripulação do navio guardaria durante dez ou onze meses um sigilo absoluto, ter mandado descobrir tão cedo o que não podia, de momento, duma ou doutra forma explorar ou ocupar, teria sido, diplomaticamente, um erro crasso. A nova da descoberta poderia facilmente transpirar e despertar as ambições de terceiros, em particular da França. Ainda que, por hipótese, d. Manuel conseguisse impor o silêncio a toda a guarnição da caravela, a mera presença desta em Lisboa num momento em que era suposto estar na Índia seria suficiente para levantar suspeitas, certamente as de que se andara imiscuindo no hemisfério de Castela. Seria, em qualquer dos casos, pior a emenda que o soneto.

De qualquer modo, entre a redação das instruções para Cabral, que não deve ter tido lugar antes da sua nomeação para capitão da frota, a 15 de fevereiro, e a sua partida efetiva, a 9 de março, nenhum concorrente externo teria tempo para se antecipar a Portugal e fincar pé no Brasil. Não parece pois haver qualquer razão para que d. Manuel desse a Pedro Álvares Cabral instruções secretas contraditórias das que lhe dava por escrito.



Se, contudo, as tivesse dado, não havia qualquer motivo para permanecerem secretas depois de cumprida a missão; a Cabral restaria apenas enviar a Lisboa a nau dos mantimentos, como lhe era recomendado, notificando seus capitães de que tinha ordens em tal sentido. Não foi, porém, isso o que se passou: reuniu-se um conselho de todos os capitães da frota, em que participou também Caminha; e foi “ante muitas falas que no caso se fezeram” que “foi per todos ou a maior parte dito que seria muito bem”.⁸⁵ Tal pressa em comunicar a nova ao rei, mesmo a preço de se privar a armada de um navio que pelo caminho ou na Índia lhe podia vir a fazer falta, só se explica se admitirmos que os capitães de Cabral estavam persuadidos de que participavam ao soberano pelo menos uma relativa novidade, o que se não coaduna com a tese das instruções secretas dadas por d. Manuel.

Seja como for, se foi este quem montou toda aquela encenação, pouco partido tirou dela. Ao contrário do que se passara no ano anterior com o regresso de Vasco da Gama, e do que se passaria mais tarde com as sucessivas façanhas dos portugueses na Índia,⁸⁶ não há qualquer prova documental de que d. Manuel

⁸⁵ *Os primeiros 14 documentos*, doc. 14, p. 106.

⁸⁶ Podem ver-se as cartas de d. Manuel a comunicar o descobrimento da Índia à corte de Castela





tenha participado o achamento do Brasil aos concelhos, mandado celebrar ações de graças, notificado a Santa Sé, ou comunicado aos sogros o feito. Só a estes o viria a participar mais tarde, após o regresso de Cabral da Índia, intercalando na relação do que no Malabar se passara, que era o que deveras lhe importava e constituía o escopo da missiva, um curto parágrafo sobre o achamento do Brasil, nitidamente inspirado na carta de Pero Vaz de Caminha:⁸⁷

O dito meu capitão com treze naos partio de Lixboa a ix de Março do anno passado e nas outavas de Páscoa seguinte chegou a ūa terra que novamente descobrio, a que pôs nome Sancta + [Santa Cruz]; em que achou as gentes nuas como na primeira inocência, mansas e pacíficas; a qual pareceo que Nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse, porque é mui conviniente e necessária à navegação da Índia, porque ali corregeo suas naos e tomou água; e polo caminho grande que tinha pera andar nom se deteve pera se enformar das cousas da dita terra, somente dali me enviou um navio a me notificar como a achara, e fez-se a caminho, via do Cabo de Boa Esperança.

É demasiado pouco, da parte de quem tivesse arriscado uma frota inteira para encenar um descobrimento teatral. Esperar-se-ia uma missiva redigida *ex professo*, logo à chegada de Gaspar de Lemos, em junho ou julho de 1500; ou, quando muito, por medida de precaução, à partida da expedição de Gonçalo Coelho, em maio de 1501. Por que esperar até 29 de julho? A própria carta em que Vespuílio noticia a Lourenço de Médicis o achamento do Brasil e a partida da expedição que o ia a reconhecer é quase dois meses anterior, escrita a 4 de



e à de Roma, in: ARAGÃO, A. C. Teixeira de. *Vasco da Gama e a Vidigueira* – Estudo histórico. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1898, doc. 8 & 9, p. 217 & ss.; uma carta ao concelho do Porto a encomendar procissões de ação de graças por vitórias na Índia. In: BULHÃO PATO. *Cartas*, vol. II, p. 257; sobre as cartas mandadas imprimir por d. Manuel, vide ANDRADE, A. A. Banha de, op. cit. supra, p. 422-449 & 650-667.

⁸⁷ GREENLEE, op. cit. supra, p. 138. Esta carta de d. Manuel aos Reis Católicos, de que subsistem tanto o texto original português como a versão castelhana, foi aproveitada pelo editor romano Joanni de Besicken que a continuou a seu talante até 1505, para a publicação de uma brochura intitulada *Copia de una littera del re de Portogallo mandata al re de Castella del viaggio et succeso de India*, impressa em Roma em outubro de 1505 e reimpressa em Milão logo em dezembro desse ano. Conhecida em Portugal através da edição de Prospero Peragallo (Carta de el-rei d. Manuel ao rei catholico narrando-lhe as viagens portuguezas à Índia desde 1500 até 1505, reimpressa sobre o protótipo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por... *Memorias da Academia Real das Sciencias*, 1^a classe, t. VI, p. ii. Lisboa, 1892) – que não comprehendeu que constituía, na realidade, uma falsificação – continua, a despeito dos erros crassos que contém, a ser por vezes utilizada como se fosse um documento fidedigno por historiadores de poucas letras, incapazes de fazer a crítica interna e externa do testemunho histórico. A esse propósito vide ANDRADE, A. A. Banha de, op. cit., p. 425-433 (sobre a verdadeira carta de d. Manuel aos Reis Católicos, de 1501, vide ibidem, p. 267-273).





junho em Bezeguiche e enviada para o Reino pela *Anunciada*, que chegou a Lisboa a 23 de junho.⁸⁸ A nova deve assim ter chegado a Florença antes mesmo de d. Manuel a ter participado aos sogros.

Não foi apenas d. Manuel a pouco caso fazer da nova terra visitada por Cabral: tampouco lhe prestaram atenção os outros armadores da frota. Nas duas cartas que Bartolomeu Marchioni – armador da caravela *Anunciada*, da conserva de Cabral – escreveu para Florença, após o regresso da armada, não há qualquer alusão ao Brasil. O desinteresse parece ter sido, aliás, comum a todos os meios mercantis da Europa: das notícias enviadas para Veneza acerca da expedição, apenas a missiva do crítico alude de passagem ao Brasil; nas três cartas de Angelo Trevisano e na de Giovanni Francesco de Affaitadi, nem uma palavra; nem uma palavra, tampouco, nos cinco textos reunidos nos *Diários de Priuli*, nem em outros tantos recolhidos nos de Marino Sanuto. Visivelmente, ao contrário da média burguesia portuguesa, segundo tudo leva a crer mais interessada no Atlântico, a burguesia italiana continuava a preocupar-se, antes de mais, com o comércio do Índico.⁸⁹

Só o achamento de uma mercadoria afim das que provinham da Ásia, o pau-brasil americano ou pau-de-pernambuco (*Caesalpinia echinata*, Lam., Leguminosae), quando da expedição seguinte, começaria a despertar aos poucos a sua atenção para o Brasil.⁹⁰

IV

O fato de o desvio da frota de Cabral para sudoeste não parecer imputável a instruções d’el-rei não invalida que possa ter sido intencional. Pode, por exemplo, ter tido uma causa assaz prosaica. A armada não parara em Cabo Verde para fazer aguada, como previam as instruções dadas por Vasco da Gama. Não é impossível que, passado já o arquipélago, tenham se arrependido, receando que lhes viesse a faltar água e lenha. Sabendo que algures, a ocidente, se dizia à boca cheia haver terras emersas, podem ter rumado para lá, na esperança de aí se poderem aprovisionar de madeira e água doce – como de fato veio a suceder

⁸⁸ GREENLEE, op. cit. supra, p. 255-265.

⁸⁹ Ibidem, p. 215-243.

⁹⁰ Carta do orador de Veneza em Espanha, Saragoça, 12.X.1502, registrada por SANUTO, Marino. *Diarri*, vol. IV, col. 485, traduzida ibidem, p. 245.



e, na esteira de Caminha, d. Manuel refere aos Reis Católicos. É a mais simples e quiçá a mais verossímil das suposições.

Mas podem pôr-se outras hipóteses. Sabemos que havia muita gente a quem o Brasil interessaria, ou por razões políticas ou por razões comerciais.

Aos opositores da política india da *Venturoso* conviria, por qualquer meio, desviar do mar Roxo as atenções do poder e os cabedais, energias e recursos humanos da nação, oferecendo-lhes no Atlântico sul um campo alternativo de expansão. Extrapolando para inícios do século XVI o que se passaria em seus finais e na centúria seguinte, podemos, por outro lado, presumir que a média burguesia nacional, mormente a dos portos secundários, que não dispunha de cabedais suficientes para se empenhar no trato da longa rota do Cabo, anelaria por achar outros mercados, mais vizinhos.

Do ponto de vista econômico, o Novo Mundo começava então a afigurar-se promissor: na sua primeira viagem Colombo havia topado com algodão em basta cópia (certamente *Gossypium barbadense*, L., Malvaceae, a principal espécie americana) e com diversos sucedâneos de drogas e espécies da Ásia: *axi* ou pimenta das Antilhas (*Capsicum frutescens*, L. Solanaceae), almécega (extraída provavelmente do *Schinus molle*, L., Anacardiaceae), lenho-aloés (talvez *Bursera simaruba*, L., Burseráceae) e outras drogarias mais, menos fáceis de identificar, para não falar em idólatras que se podiam reduzir à escravidão nem em metal amarelo capaz de saciar a *auri sacra fames* de seus homens, dos reis e de Castela inteira.⁹¹ Na segunda viagem encontrou na ilha Espanhola uma espécie de pau-brasil americano (provavelmente brasilete ou brasíl-açu,



⁹¹ RAMOS, Demetrio. *La primera noticia de América*. Valladolid: Casa Museo de Colón / Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1986. Este primeiro texto sobre o Novo Mundo que circulou impresso apresenta-se sob a forma de uma carta de Cristóvão Colombo a Luís de Santángel, *escribano de razón* que tivera um papel central na aceitação do projeto colombino pelos Reis Católicos, supostamente escrita a 15 de fevereiro de 1493 a largo das Canárias, publicada em Barcelona em abril desse mesmo ano. Devemos ao nosso prezado amigo e mestre almirante Max Justo Guedes a explicação da origem deste documento forjado. Como ele teve a gentileza de explicar, baseia-se numa carta autêntica de Colombo aos Reis Católicos, escrita “do Mar de Espanha” (sem dúvida diante de Lisboa) a 4 de março de 1493, mas só descoberta em 1985; como nesse texto o descobridor não estabelecia nenhum nexo geográfico entre as Antilhas e as Canárias (o único arquipélago reservado a Castela pelo tratado das Alcáçovas), forjou-se um documento redigido um mês antes “ao largo das Canárias” (onde, na realidade, Colombo não passou no regresso), para insinuar a contiguidade entre ambos os arquipélagos e assim o direito de Castela às novas terras. A resposta dos Reis Católicos à carta de Colombo revelada em 1985 é conhecida de longa data e foi publicada por FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, op. cit. supra, vol. I, doc. XV, p. 311.





Caesalpinia violacea [Miller] Standley, ou *C. brasiliensis*)⁹² com que na terceira voltou a topar, juntamente com pérolas, no golfo de Pária;⁹³ daí e da vizinha ilha Margarita traria, em 1499-1500, Pedro Alonso Niño, 96 marcos de pérolas e os Pinzón, 3.000 arráteis de Brasil.⁹⁴

Por carta-régia de 10 de abril de 1495, haviam os Reis Católicos derrogado o direito exclusivo de Colombo ao trato com o Novo Mundo, e dado licença geral a seus súditos para descobrir e resgatar em terras americanas. Quando em 1499 chegou à península a nova auspíciosas das perspectivas comerciais que se abriam na terra firme descoberta na terceira viagem colombina, largaram dos portos andaluzes quatro expedições mercantis: a de Alonso de Hojeda, com quem velejou Vespúcio, a de Per' Alonso Niño e seu sócio Cristóbal Guerra, a de Vicente Yáñez Pinzón e seu sobrinho Arias Pérez, e a de Diego de Lepe.⁹⁵ Os seus bons resultados só foram conhecidos no regresso; mas é de admitir que a febre de armar navios para oeste que grassava no país vizinho se tivesse comunicado desde logo a Portugal.

Não nos custa imaginar que, na sombra, alguém tenha persuadido Cabral, alguns dos seus capitães ou os pilotos, a rumar um tanto mais a oeste e visitar a terra que era quase certo existir aí, abrindo, por assim dizer, ao público as suas portas. Mais que com os lucros a recolher a curto prazo, ter-lhes-ão, quiçá, acenado com as benesses que, à semelhança do Gama e seus companheiros, poderiam merecer d'el-rei com seu achado.

Outros capitães, fiéis a d. Manuel e da sua confiança, agiram bastas vezes *sponte sua* à revelia do monarca, crentes, aparentemente, de lhe prestar bom serviço. Foi de moto próprio que Afonso de Albuquerque, em 1510, se apoderou de Goa, valendo-se, ao que parece, de uma vaga ordem dada por el-rei para que punisse os portos que haviam dado couto às relíquias da armada do soldão.⁹⁶

⁹² ANGLÉRIA, Pedro Mártir de. *De Orbe Novo, Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis Protomatirij Cesaris Senatoris Decades*, cum privilegio Imperiali, Compluti [=Alcalá de Henares], 1530; [tradução espanhola: *Décadas del Nuevo Mundo*. Madrid: Ed. Polifemo, 1989], década I, cap. iv.
⁹³ Idem, ibidem, I, ix; cf. OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo Fernández de. *Historia general y natural de las Indias*, edición y estudio preliminar de Juán Pérez de Tudela Bueso, 5 vols [Biblioteca de Autores Españoles, tomos 117-121]. Madrid: Atlas, 1957 [reimp. 1992], livº IX, cap. xv; FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, op. cit. supra, vol. I, p. 210 & ss.

⁹⁴ Idem, ibidem, vol. II, p. 24 & 26.

⁹⁵ Idem, ibidem, p. 17 & ss.

⁹⁶ A mais moderna biografia de Afonso de Albuquerque é a de BOUCHON, Geneviève. *Albuquerque – Le lion des mers d'Asie*. Paris: Ed. Desjonquères, 1992; versão portuguesa, enriquecida de notas e referências: *Afonso de Albuquerque, o leão dos mares da Ásia*. Lisboa: Ed. Quetzal, 2002.



Foi também por sua própria iniciativa que, em 1521, Jorge de Brito, enviado com cinco velas e trezentos homens de armas a Maluco com a missão secreta de erguer aí um forte, como vimos já, se embrenhou, à escala no Achém, no norte de Samatra, em conflito com os locais que veio a custar-lhe a vida; o pretexto foi o de obter a restituição de fazendas aí confiscadas a outros portugueses, embora a intenção real fosse, mais châmente, a de pilhar um pagode, onde se dizia existir muita riqueza...⁹⁷ Dada a lentidão das comunicações, os capitães desfrutavam naquele tempo de uma larga autonomia *de fato*, e pouco se devia estranhar que agissem muitas vezes por sua conta e risco.

Não é, pois, necessário imaginar que Cabral tenha deliberadamente entrado numa espécie de conjuração para fazer gorar os planos indiáticos do *Venturoso* – ainda que o possam ter manipulado em tal sentido. Tudo leva a crer que Pedro Álvares comungava na ideologia de cruzada, e talvez também no messianismo da ideia imperial manuelina. Pelo menos quatorze anos mais tarde, Afonso de Albuquerque, seu tio por afinidade, havia de o recomendar ao soberano como leal servidor, merecedor de que lhe fossem relevadas as culpas que o haviam malquistado com el-rei⁹⁸ – que não consistiam, evidentemente, em ter descoberto o Brasil, mas em ter recusado a capitania-mor da armada de 1502.⁹⁹ Cabral recusara-a talvez por mera altivez, não aceitando que os navios de Vicente Sodré largassem vela isentos do seu comando. Tio de Vasco da Gama, Sodré não seria, quiçá, tal como o não era seu sobrinho, um fervoroso adepto do imperialismo manuelino; sem embargo de ser oriundo de uma família de servidores do pai de d. Manuel, membro da Ordem de Cristo e alcaide-mor de Tomar, sua sede, as crónicas sugerem que estaria mais interessado no corso e na veniaga que nos grandes projetos de cruzada de seu amo.¹⁰⁰ Com a sua recusa Pedro Álvares terá assim inviabilizado o que constituía talvez um engenhoso compromisso urdido pelo rei para mandar simultaneamente à Índia uma frota comandada por um dos

⁹⁷ BARROS, III, v. 3.

⁹⁸ Carta de Afonso de Albuquerque a d. Manuel. Calecut, 2.XII.1514, pub. por BULHÃO PATO. *Cartas* ..., tomo I, carta xcii, p. 353-355.

⁹⁹ Cf. FONSECA, Luís Adão da. Os comandos da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia. In: *Mare Liberum*, n. 16. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, dez. 1998, p. 11-32.

¹⁰⁰ Crónica anónima, cap. xviii; CASTANHEDA, I, liv; BARROS, I, vii, 2; CORREIA, Gaspar, I, p. 340 & ss.; GOES, I, lxxiv. Os cronistas assacam-lhe o ter desamparado o rei de Cochim, acossado pelo de Calecut, para ir fazer presas na costa da Arábia; assim Góis: “Vencido Vicente Sodré da esperança que tinha posta nas presas das naos dos mouros que hia buscar, mais que da razam que o obrigava a ficar em Cochim, em ajuda del Rei e favor dos nossos, se partio...”



seus fiéis e outra por uma figura mais grata à oposição. Seja como for, o clã dos Gamas e Sodrés ficou assim com a expedição inteira nas mãos. Pode ter sido isso o que exasperou d. Manuel; mas não foi de modo algum um ato de traição.

Não é de crer, portanto, que, em 1500, Cabral tenha conscientemente participado numa manobra tendente a neutralizar os desenhos d'el-rei a médio prazo. Mas os outros capitães? e os pilotos? e o resto da guarnição? jamais se poderá saber ao certo em que medida se integrava cada um no ideário manuelino oficial. Não sabemos, para mais, se Pedro Álvares Cabral tinha noções técnicas de náutica, nem em que medida deixava, no mar, aos pilotos a condução da armada. Ainda que, por hipótese, nela tomasse uma parte bem ativa, bastaria certamente que, por exemplo, lhe soprasse alguém durante a travessia que era insuficiente a provisão de água e lenha que levavam, para que se começasse a arrepender de a não ter renovado em Santiago. Daí a desviar-se um pouco, para tentar emendar o erro cometido, abastecendo-se na terra que lhe diziam ficar ali à mão, ia apenas um pequeno passo.

Mas havia, sem dúvida, mil outras maneiras de figurar ao capitão-mor que aportando ao Brasil prestava a el-rei um bom serviço. Como dar largas à imaginação não paga imposto, poderá cada um fantasiar, dentro da lógica das cousas, o que mais verossímil lhe pareça...

O descobrimento do Brasil terá, então, sido mais o fruto da política comercial, liberalizante e atlântica da oposição ao *Venturoso* que dos desígnios imperialistas do soberano.

Se a tentativa de cultivar no Brasil as especiarias da Ásia, a que largos decênios mais tarde aludem Gabriel Soares de Sousa¹⁰¹ e o padre Antônio Vieira,¹⁰² teve de fato lugar sob d. Manuel, será talvez imputável aos mesmos círculos, ávidos de criar uma alternativa válida ao imperialismo oficial. Aos que pensavam sobretudo nos lucros do comércio, o cultivo da especiaria no Brasil oferecia uma vantagem dupla: o menor custo do transporte e o domínio também da produção que permitiria regular o mercado bem melhor que comprando no Malabar a pimenta aos produtores, ao sabor das flutuações do mercado e de uma imprevisível concorrência com os mouros.

¹⁰¹ *Notícia do Brasil*, p. II, cap. xxxv.

¹⁰² Carta do pe. Antônio Vieira a Duarte Ribeiro de Macedo, 28.I.1675, pub. por AZEVEDO, J. Lúcio de. *Cartas do padre Antônio Vieira*, coordenadas e anotadas por ..., tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971, carta LXI, p. 152.





Para os que, em torno de d. Manuel, sonhavam sobretudo com a queda do Egito, a recuperação de Jerusalém e outras utopias, a iniciativa constituía, pelo contrário, um sério perigo: ao colocar nos mercados europeus a especiaria a preços certamente mais baixos que a do Malabar, retirava ao soberano o único argumento que podia brandir perante um conselho majoritariamente avesso aos seus projetos militares: o de que a prossecução da sua política oriental asseguraria a breve trecho a Portugal o monopólio de fato do trato pimenteiro. Não admiraria, pois, que d. Manuel tivesse cortado cerce as raízes à experiência, mandando arrancar toda a especiaria plantada por seus súditos em terras de Santa Cruz e proibindo o seu comércio – como sabemos que em 1505 fez, de fato, ao da pimenta africana.¹⁰³

Mestre João, ao desenhar na sua carta a d. Manuel o Cruzeiro do Sul, já quarenta e cinco anos antes debuxado por Cadamosto na sua relação, fá-lo em termos utilitários, demasiado prosaicos para que pareça estar sugerindo que a nova terra descoberta estava misteriosamente predestinada no céu e abençoada pelo sinal da cruz; mas cabe perguntar se Pero Vaz de Caminha, ao pintar com cores paradisíacas aquela terra milagrosamente achada, onde se daria tudo quanto nela se quisesse semear e onde tantas almas inocentes pareciam prontas a abraçar a fé, não estaria deliberadamente a tentar inculcar ao soberano um messianismo alternativo ao da cruzada.

Se tudo leva a crer que o descobrimento do Brasil não foi ocasional, é impossível determinar com certeza de quem foi a intenção. À falta de mais ampla documentação coeva, o mistério permanecerá, provavelmente, para sempre; mas, mesmo assim é lícito formular hipóteses...

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Martim de. *Orações de obediência dos reis de Portugal aos sumos pontífices*. Lisboa: Edições Inapa, 1988.
- ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*, 6 vols. Coimbra, 1922-57.
- ALPHANDÉRY, Paul. *La chrétienté et l'idée de croisade*, 2 vols. Paris: Albin Michel, L'Évolution de l'Humanité, 1959.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. *Novos mundos do mundo – Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses*, 2 vols. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

¹⁰³ Vide GODINHO, V. Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. I, p. 482.





ANGLÉRIA, Pedro Mártil de. *De Orbe Novo, Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis Protonotarij Cesaris Senatoris Decades*, cum privilegio Imperiali, Compluti [=Alcalá de Henares], 1530; [tradução espanhola: *Décadas del Nuevo Mundo*. Madrid: Ed. Polifemo, 1989].

ARAGÃO, A. C. Teixeira de. *Vasco da Gama e a Vidigueira* – Estudo histórico. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1898.

As gavetas da Torre do Tombo, 12 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-77.

AUBIN, Jean. *Le latin et l'astrolabe* – Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales, vol. I & II. Lisboa & Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1996-2000.

AUBIN, Jean. *Le latin et l'astrolabe*, vol. III - Études inédites sur le règne de d. Manuel, 1495-1521. Édition posthume préparée d'après les papiers laissés par l'auteur par Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz & Françoise Aubin. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

AZEVEDO, Carlos de (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*, 4 vols. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa / Círculo de Leitores, 2000.



AZEVEDO, J. Lúcio de. *Cartas do padre António Vieira*, 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971.



BARROS, João de. *Ásia de João de..., dos feitos que os portugueses fizeram no descubrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*; numerosas ed., v. g. por Hernâni Cidade e Manuel Múrias, 4 vols. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1945-48.

BOONE III, James L. Parental investment and elite family structure in preindustrial states: A case study of Late Medieval-Early Modern Portuguese genealogies. In: *American Anthropologist*, 88 (4), dez. 1986, p. 859-878.

BOUCHON, Geneviève; THOMAZ, Luís Filipe F. R. *Voyage dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy* – Relation portugaise anonyme (1521). Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1988.

BOUCHON, Geneviève. *Albuquerque* – Le lion des mers d'Asie. Paris: Ed. Desjondrèses, 1992 (versão portuguesa, enriquecida de notas e referências: *Afonso de Albuquerque, o leão dos mares da Ásia*. Lisboa: Ed. Quetzal, 2002).

BULHÃO PATO, Raymundo Antonio de [& MENDONÇA, Henrique Lopes de]. *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam*, 7 vols. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1898-1935.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento & conquista da Índia pelos portugueses*, 4 vols. Ed. de Pedro de Azevedo [e Laranjo Coelho]. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924-33.





- COHN, Norman. *Na senda do milénio – Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Lisboa: Ed. Presença, 1981.
- COLÓN, Cristóbal. *Textos y documentos completos - Relaciones de viajes, cartas y memoriales*. Edición, prólogo y notas de Consuelo Varela. Madrid: Alianza Editorial, 1982 (reimp. 1984).
- CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*, publicadas de ordem da Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Artes da Academia Real das Sciencias de Lisboa e sob a direção de Rodrigo José de Lima Felner, 4 vols em 8 tomos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1852-66.
- CORTESÃO, Jaime. A economia da Restauração. In: *Congresso do Mundo Português*, vol. VI, tomo ii. Lisboa, 1940, p. 669-687.
- COSTA, José Pereira da. Gesta proxime per portucalenses in India, Ethiopia et alii orientalibus terris. In: *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, t. I. Lisboa, 1958, p. 53-67.
- COSTA, José Pereira da. *Códice Valentim Fernandes, oferecido pelo académico titular fundador Joaquim Bensaúde (1859-1952)*, leitura paleográfica, notas e índice por..., Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997.
- COUTINHO, Almirante Gago. *Segredos sobre a descoberta do Brasil*: 1 - reflexões técnicas. Lisboa: Publicações Quipu, 2000.
- COUTO, Diogo do. *Da Ásia de..., dos feitos que os portuguezes fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do Oriente*, 15 volumes. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778-1788 (reimp. anastática, Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973-1975).
- COUTO, Diogo do. *O primeiro soldado prático*. Introdução, ensaio de leitura, glossário e índice onomástico por António Coimbra Martins. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- COUTO, Diogo do. *O soldado prático* [2ª versão], texto restituído, prefácio e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Colecção de Clássicos Sá da Costa, 1937.
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil - Ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1995.
- Crónica anónima do Museu Britânico = Crónica do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (códice anônimo, Museu Britânico: Egerton 20, 901). Introdução e notas de Luís de Albuquerque, leitura de Adélia Lobato, Coimbra, série “separatas” do Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga n. 86. Junta de Investigações do Ultramar, 1974 [separata da *Revista de Ciências do Homem* da Universidade de Lourenço Marques, vol. V, série B, 1974].
- De modo sarracenos extirpandi*, pub. in: *Recueil des historiens des croisades*, série arménia, vol. II. Paris, 1856 (reimp. Farnborough, Gregg Press, 1969).
- Diário da viagem de Vasco da Gama*, fac-símile do códice original, transcrição e





versão em grafia atualizada, com uma introdução por Damião Peres, leitura paleográfica por António Baião e A. de Magalhães Basto, 2 vols. Porto: Livraria Civilização, [s. d.].

DINIS, A. J. Dias, O. F. M. Antecedentes da expansão ultramarina portuguesa – os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV. In: *Revista Portuguesa de História*, tomo X. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1962, p. 1-118.

FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín. Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV. In: *Obras de Don...* Edición y estudio preliminar de d. Carlos Seco Serrano, 2 vols. (Biblioteca de Autores Españoles, tomos LXXV-LXXVI). Madrid: Atlas, 1954-64.

FOLZ, Robert. *L'idée d'empire en Occident du Vº au XIVº siècle*. Paris: Aubier, 1953.

FONSECA, Luís Adão da. As ordens militares e a expansão. In: COSTA, João Paulo Oliveira e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar. *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia*. Atas do Colóquio Internacional. Edição organizada por... Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2004, p. 321-347.

FONSECA, Luís Adão da. Os comandos da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia. In: *Mare Liberum*, n. 16. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, dez. 1998, p. 11-32.

GALVÃO, António. *Tratado dos descobrimentos*, terceira edição, minuciosamente anotada e comentada pelo visconde de Lagoa com a colaboração de Elaine Sanceau. Porto: Livraria Civilização, [s. d.].

GAZTAMBIDE, José Goñi. *Historia de la bula de cruzada en España*. Vitoria: Publicaciones del Seminario de Vitoria, 1958.

GILSON, Étienne. *Les métamorphoses de la Cité de Dieu*. Lovaina & Paris, 1952 (reimp. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2005).

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa, 1962.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*, 2 vols. Lisboa: Ed. Arcádia, 1963-65.

GOES, Damião de. *Chrónica d'el-rei d. Manuel*, 12 vols. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portugueses de Mello d'Azevedo, 1909-12.

GREENLEE, William Brooks. *A viagem de Pedro Alvares Cabral ao Brasil e à Índia pelos documentos e relações coevas*. tradução de António Alvaro Dória. Porto: Livraria Civilização [1951] (adaptação portuguesa do volume *The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India*, publicado pela Hakluyt Society de Londres em 1938).

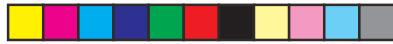
GUEDES, Max Justo (dir.). *História naval brasileira*, vol I, tomos 1 & 2. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975.



- GUEDES, Max Justo. *O descobrimento do Brasil [1500-1548]. The discovery of Brazil*. Lisboa: CTT /Correios, 2000.
- HAKLUYT, Richard. *The principal navigations, voyages, traffiques & discoveries of the English nation*, 10 vols. Londres & Nova Iorque: Everyman Library, J. M. Dent & E. P. Dutton & Cº, s/d.
- HOUSLEY, Norman. *The later crusades - From Lyons to Alcazar, 1274-1580*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- II Colóquio Internacional de Simbologia – Os impérios do Espírito Santo na simbólica do Império*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.
- Le voyage de Gonneville (1503-1505) & la découverte de la Normandie par les indiens du Brésil*. Étude & commentaire de Leyla Perrone-Moisés, traduit par Ariane Witkowski. Paris: Éditions Chandeneige, 1955.
- LEITE, Duarte. *História dos descobrimentos* - Coletânea de esparsos, 2 vols. Lisboa: Ed. Cosmos, 1959-1962.
- LOBATO, Alexandre. Dois novos fragmentos do regimento de Cabral para a viagem da Índia em 1500. In: *Studia*, n. 25. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, p. 31-49.
- LUBAC, Henri de. *La postérité spirituelle de Joachim de Flore*, 2 vol. Paris, 1978.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de; MIRANDA, Susana Münch (ed.). *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1999.
- MATTOSO, José. A guerra civil de 1319-1324. In: *Estudos de história de Portugal (Homem a A. H. de Oliveira Marques)*, I, sec. X-XV. Lisboa: Ed. Estampa, 1982.
- MILHOU, Alain. *Colón y su mentalidad mesiánica en el ambiente franciscanista español*. Valladolid: Casa-Museo de Colón / Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1983.
- Monumenta Henricina*, 15 vols. Coimbra, 1960.
- MORISI, Anna. *Apocalypsis Nova - Ricerche sull'origine e la formazione del testo dello pseudo-Amadeo*. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1970.
- MORRISON, Cécile. *Les croisades*. Paris: Presses Universitaires de France, col. "Que sais-je?", 4ª ed., 1984.
- MOTA, A. Teixeira da. A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de d. João II. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, out.-dez. 1958.
- OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo Fernández de. *Historia general y natural de las Indias*. Edición y estudio preliminar de Juan Pérez de Tudela Bueso, 5 vols (Biblioteca de Autores Españoles, tomos 117-121). Madrid: Atlas, 1957 [reimp. 1992].
- PAVIOT, Jacques. *La politique navale des ducs de Bourgogne, 1384-1482*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1995.



- PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*. Paris: Centre Culturel Portugais, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- PERAGALLO, Prospero. Carta de el-rei d. Manuel ao rei católico narrando-lhe as viagens portuguesas à Índia desde 1500 até 1505, reimpressa sobre o protótipo romano de 1505, vertida em linguagem e anotada por... In: *Memorias da Academia Real das Sciencias*, 1ª classe, t. VI, p. ii. Lisboa, 1892, p. 1-35.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*, 3ª ed. Introdução e anotações históricas pelo académico de número Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1954.
- PERES, Damião. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: Antecedentes e intencionalidade*, 2ª ed. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, 1968.
- PERES, Damião. *Uma prioridade portuguesa contestada mas incontestável: a circum-navegação da África austral por Bartolomeu Dias*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1960.
- PINA, Rui de. *Crónicas de...* Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Ed., 1977.
- Portugaliae Monumenta Africana*, 5 vols. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, [s. d.], [1993-2002].
- RAMOS, Demetrio. *La primera noticia de América*. Valladolid: Casa Museo de Colón / Seminario Americanista de la Universidad de Valladolid, 1986.
- RESENDE, Garcia de. Vida e feitos d'el-rei d. João II. In: *Livro das obras de...* Edição crítica, estudo textológico e linguístico por Evelina Verdelho. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 147-456.
- RIBEIRO, prof. Luciano. *Registo da Casa da Índia*. Introdução e notas do..., 2 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.
- ROSSINI, Carlo Conti. El "Libro del conocimiento" e le sue notizie sull'Etiopia. In: *Bulletino della Reale Società Geografica Italiana*, serie V, vol. vi, parte ii. Roma: Reale Società Geografica Italiana, 1917, p. 656-679.
- RUNCIMAN, Stephen. *A history of the crusades*, 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1951-1954 (versão castelhana: *Historia de las cruzadas*. Madrid: Alianza Editorial, 1973, reimpr. 1985).
- SÁ, Artur Basílio de. *Documentação para a história das missões do padroado português do Oriente – Insulíndia*, 6 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954-88.
- SACKUR, Ernst. *Sibyllinische Texte und Forschungen, Pseudomethodius, Adso und die Tiburtinische Sibylle*. Halle, 1898.
- SANUTO, Marino. *Diari (1496-1533)*, 58 vols. Veneza, 1879-1903.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, 12 vols. Lisboa: Ed. Verbo, 1977-99.



- SETTON, K. M. (gen. ed.). *A history of the crusades*, 5 vols. University of Wisconsin Press, 1969-1985.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- THOMAS, Henry; CORTESÃO, Armando. *The discovery of Abyssinia by the Portuguese in 1520*. Londres: British Museum, 1938; versão portuguesa, *Carta das novas que vieram a el-rei nosso senhor do descobrimento do preste Joam (Lisboa, 1521)*. Lisboa, 1938.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. A ideia imperial manuelina. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (org.). *Facetas do Império na história: Conceitos e métodos*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 39-104 (versão revista de L'idée impériale manuélaine. In: AUBIN, Jean (ed.). *La découverte, le Portugal et l'Europe - Actes du Colloque*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1990, p. 35 a 103).
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. Cruzada. In: AZEVEDO, Carlos de (dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa / Círculo de Leitores, 2000, vol. II, s. v.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. Expansão portuguesa e expansão europeia - reflexões em torno da génese dos descobrimentos. In: *Studia*, n. 47. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the East, 1500-1521. In: *The Indian Economic and Social History Review*, n. 1, vol. 28. Sage, Nova Delhi e Londres, 1991, p. 97-109 (versão portuguesa: A “política oriental” de d. Manuel e as suas contrarrentes. In: *De Ceuta a Timor*; p. 189-206).
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. Introdução. MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *História dos portugueses no Extremo Oriente*, 1º vol., tomo I. Lisboa: Fundação Oriente, 1998, p. 37-40.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. O testamento político de Diogo Pereira, *o Malabar*, e o projeto oriental dos Gamas. In: *Anais de história de além-mar*, n. 5. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 61-160.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. A lenda de s. Tomé Apóstolo e a expansão portuguesa. Série *Separatas* do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n. 233. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. *A questão da pimenta em meados do século XVI* – Um debate político do governo de d. João de Castro. Lisboa: Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1998.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Carnaxide: Ed. Difel, 1994.



THOMAZ, Luís Filipe F. R. Le Portugal et l'Afrique au XV^e siècle: les débuts de l'expansion. Série *Separatas do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga*, n. 221. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. Las particiones medievales en los tratados de los reinos hispánicos – Un posible precedente de Tordesillas. In: *El Tratado de Tordesillas y su proyección*, tomo I. Valladolid: Seminario de Historia de América – Universidad de Valladolid, 1973, p. 21-32.

Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948 (reimp. 1988).

Viagens portuguesas à Índia (1497-1513) - Fontes italianas para a sua história: o *Códice ricardiano* 1910 de Florença. Transcrição e apresentação: Carmen Radule; prefácio, tradução e notas: Luís Filipe F. R. Thomaz. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

VILLEY, Michel. *La croisade*: essai sur la formation d'une théorie juridique. Paris: J. Vrin, 1942.

WEST, Delno C.; ZIMDARS-SWARTS, Sandra. *Joachim of Fiore - A study in spiritual perception and history*. Bloomington: Indiana Univ. Press, 1983.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Guiné*: numerosas edições, v. g. Porto: Liv^a Civilização, 1937 (reimp. *passim*).



Recebido: novembro/2008 – Aprovado: junho/2009

